

01. Contexto operacional

A Paranapanema S.A. ("Paranapanema", ou "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade de Dias d'Ávila, no Estado da Bahia, na Via do Cobre, nº 3.700, área industrial Oeste, Prédio Administrativo I, Complexo Petroquímico de Camaçari – COPEC.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 abrangem a Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas desenvolvem atividades industriais nas áreas de transformação e beneficiamento de minérios, subprodutos e derivados deles resultantes e na área da metalurgia, abrangendo produtos ferrosos e não ferrosos consistentes em laminados, extrudados, fundidos, manufaturados e semimanufaturados, peças e componentes industriais.

As ações da Companhia são listadas e negociadas na BM&FBOVESPA desde 1971, sendo que em 31 de dezembro de 2011 eram negociadas no Nível 1 de governança corporativa e a partir de 15 de fevereiro de 2012 passaram a ser negociadas no novo mercado da BM&FBOVESPA.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a Companhia detinha as seguintes participações societárias em suas controladas diretas:

Controladas	2012	2011
Cibrafertil Companhia Brasileira de Fertilizantes (f)	-	99,96%
CDPC - Centro de Distribuição de Produtos de Cobre Ltda (e)	99,99%	99,99%
Paranapanema (USA) Inc.	100,00%	100,00%
Caraíba Incorporated Ltd.	100,00%	100,00%
Caraíba Energia Ltda. (d)	99,99%	99,99%
Paraibuna Agropecuária Ltda. (a)	99,98%	99,98%
PMA Importadora e Exportadora Ltda.	99,99%	99,99%
PMA Minerals Ltda (b)	99,90%	99,90%
PMA Empreendimentos Imobiliários Ltda (c)	99,90%	99,90%

a) Paraibuna Agropecuária Ltda.

Com sede no Estado de São Paulo, com participação de 99,98% da Controladora Paranapanema S.A. a Paraibuna Agropecuária Ltda tem como objeto social a exploração de atividades agropecuárias, pastoris, reflorestamentos e afins.

Durante o processo de avaliação dos ativos da Companhia e suas controladas para fins de adoção do IFRS, foi solicitado a especialistas a avaliação de 6 (seis) propriedades rurais, localizadas no norte do Estado da Bahia, pertencentes à Paraibuna Agropecuária Ltda., controlada da Paranapanema S.A..

As 6 (seis) propriedades rurais continuam em fase de avaliação, que depende de trabalhos de georreferenciamento do solo e análise de documentação, que definirão a área total das propriedades, áreas de preservação ambiental e seus reais valores.

Uma vez que estas propriedades se destinam à venda futura, qualquer efeito referente à conclusão da avaliação das referidas propriedades rurais não trará impacto nas informações contábeis. Os efeitos no resultado e no patrimônio somente poderão ser reconhecidos quando da efetiva alienação.

b) PMA Minerals Ltda.

Situada no Estado de São Paulo, com participação de 99,90% da controladora Paranapanema S.A. a PMA Minerals Ltda. tem como objeto social a exploração de direitos de mineração, venda e atuação como intermediária para terceiros na venda de produtos minerais, distribuição, comercialização e industrialização de produtos.

c) PMA Empreendimentos Imobiliários Ltda.

Situada no Estado de São Paulo, com participação de 99,90% da controladora Paranapanema S.A. a PMA Empreendimentos Imobiliários Ltda. tem como objeto social, a compra, venda, locação, desoneração, exploração de imóveis próprios ou de terceiros.

d) Caraíba Energia Ltda.

Situada no estado da Bahia, com participação de 99,99% da controladora Paranapanema S.A. a Caraíba Energia Ltda. tem como objeto social, a exploração da produção ou a circulação de bens ou de serviços, incluindo a geração, produção, comercialização, transmissão e circulação de energia elétrica.

e) CDPC – Centro de Distribuição de Produtos de Cobre Ltda.

Situada no Estado de São Paulo, a Empresa é controlada pela Paranapanema S.A. que detém participação de 99,99%, e tem por principal objeto social a comercialização e distribuição de cobre, suas obras e outros minérios, de suas ligas e dos produtos e subprodutos deles resultantes.

f) Cibrafétil Companhia Brasileira de Fertilizantes.

Em 03 de outubro de 2012, a Companhia formalizou a venda da participação acionária de 99,96% na controlada Cibrafétil – Companhia Brasileira de Fertilizantes, para a Companhia OFD Holding Inc. pelo valor de R\$ 19.846. A OFD assumiu o controle da Cibrafétil a partir de 01 de outubro de 2012.

A venda da participação acionária resultou em uma perda de R\$ 19.213, conforme demonstrado:

Conciliação do investimento e da perda apurada na venda da Cibrafértil:

Patrimônio líquido da Cibrafértil em 30 de setembro de 2012		129
Participação de		99,96%
Ativo disponível para venda		129
Acordo venda - provisão de assunção de dívida pela Paranapanema	(a)	(47.031)
Provisão de comissões da intermediação da venda		(620)
Provisão para contingências assumidas pela Paranapanema	(b)	(4.710)
		(52.361)
Valor venda de participação da societária		<u>19.846</u>
Efeito no resultado em 30 de setembro de 2012		(32.515)
Realização da reserva de reavaliação reflexa com efeito no Patrimônio Líquido	(c)	13.173
Patrimônio líquido da Cibrafértil em 30 de setembro de 2012		<u>129</u>
Perda apurada até 30 de setembro de 2012		(19.213)

Conciliação da operação descontinuada (corresponde ao valor da equivalência, igual à participação do resultado da investida).

Resultado da Cibrafértil - período de nove meses findos em 30 de setembro de 2012	(7.153)
Participação de	99,96%
Operação descontinuada	(7.141)

- a) A Companhia constituiu provisão que corresponde à assunção de dívida mantida com instituições financeiras pela Cibrafértil.
- b) A Companhia constituiu provisão que corresponde à assunção de contingências com perspectiva de perda provável, cujo risco de contingência pertencia à Cibrafértil.
- c) Baixa de reserva de reavaliação reflexa relacionada ao ativo imobilizado da Cibrafértil, em razão de sua realização pela alienação da referida controlada.

Atendendo aos requisitos do CPC 31 / IFRS 5 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, a Companhia estabeleceu a contabilização de ativos não circulantes mantidos para venda e a apresentação e a divulgação de operações descontinuadas, como segue:

Informações contábeis da Cibrafértil em 30 de setembro de 2012

	30/09/2012	2011
ATIVO		
Circulante	42.350	33.536
Não-circulante	42.588	42.637
Total do ativo	84.938	76.173
PASSIVO		
Circulante	82.214	61.451
Não-circulante	2.595	7.440
Patrimônio líquido	129	7.282
Total do passivo	84.938	76.173

	01/01/12 a 30/09/12	2011
RESULTADO		
Receita bruta de vendas	98.623	103.886
Receita líquida de vendas	94.621	99.243
Custo dos produtos vendidos	(90.923)	(92.302)
Lucro bruto	3.698	6.941
Receitas (despesas) operacionais	(5.216)	(10.109)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(1.518)	(3.168)
Resultado financeiro líquido	(5.671)	(6.766)
Resultado operacional	(7.189)	(9.934)
Imposto de renda e contribuição social diferido	36	2.271
Prejuízo líquido do período	(7.153)	(7.663)
Prejuízo líquido por ação - em reais (R\$)	(2.927,96)	(3.136,72)

02. Base de preparação

A) Declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras incluem:

- As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com o International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de acordo com os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.
- As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância à Lei das Sociedades por Ações - Lei das SAs, considerando as alterações introduzidas através das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação de investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, as demonstrações financeiras divergem, nessa avaliação, em relação às IFRS, que exige que a avaliação desses investimentos, nas demonstrações separadas da controladora, seja feita pelo seu valor justo ou pelo custo.

Contudo, como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora constante nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as normas das IFRS e as práticas adotadas no Brasil (BR GAAP), e o patrimônio líquido e o resultado da Controladora constante nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), a Companhia optou por apresentar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A aprovação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ocorreu na reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de fevereiro de 2013.

B) Bases de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- Os instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Os ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Propriedades para investimento mensuradas pelo valor justo.

C) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

D) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas sobre a rubrica de propriedade para investimento.

As informações sobre incertezas referentes a premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas :

- Nota 11 - Ativo Imobilizado – revisão da vida útil
- Nota 16 - Provisões para demandas judiciais.
- Nota 19 - Imposto de renda e contribuição social diferidos

E) Mudanças de apresentação

Visando a melhor apresentação das demonstrações financeiras e melhor comparabilidade dos saldos, a Companhia efetuou a reclassificação para a rubrica de imobilizado, no período de 31 de dezembro de 2011 o valor de R\$ 27.550, referente a peças de reposição de imobilizado, anteriormente classificado na rubrica de estoque.

03. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A) Base de consolidação

i. Controladas

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

ii. Perda de controle

Quando da perda de controle, a Companhia desreconhece os ativos e passivos da subsidiária, qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a esta subsidiária. Qualquer ganho ou perda originado da perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga subsidiária, então esta participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. Subsequentemente, esta participação é mensurada através da utilização da equivalência patrimonial em associadas ou pelo custo ou valor justo em um ativo disponível para venda, dependendo do nível de influência retido.

iii. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na Investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

B) Moeda estrangeira

i. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia, pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado, com exceção das diferenças resultantes da reconversão dos itens listados abaixo as quais são reconhecidas nos outros resultados abrangentes:

- Instrumentos financeiros disponíveis para venda (exceto no caso de impairment no qual as diferenças cambiais reconhecidas em outros resultados abrangentes são reclassificadas para o resultado);
- Passivo financeiro designado como proteção (hedge) do investimento líquido em uma operação no Exterior, na medida em que o hedge seja efetivo; ou
- Hedge de fluxos de caixa que se qualificam como tal, na medida em que sejam efetivos;

ii. Operações no Exterior

Os ativos e passivos de operações no Exterior são convertidos para Real às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no Exterior são convertidas em Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras são reconhecidas em outros resultados abrangentes, e apresentadas no patrimônio líquido.

C) Instrumentos financeiros

C.1) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

C.1.1) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados como pelo valor justo através do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como disponíveis para venda

C.1.2) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

As contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras. Foi constituída perda estimada para crédito de liquidação duvidosa em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa e clientes e outros créditos.

C.2) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, limite de cheque especial bancário, fornecedores e outras contas a pagar.

Limites de cheques especiais que devam ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos como um componente dos equivalentes de caixa para fins de demonstração dos fluxos de caixa.

C.3) Capital social

C.3.1) Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

C.3.2) Recompra de ações (ações em tesouraria)

Quando o capital reconhecido como patrimônio líquido é recomprado, o valor da remuneração pago, o qual inclui custos diretamente atribuíveis, líquido de quaisquer efeitos tributários, é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido total. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o excedente ou o déficit resultantes são transferidos para os/dos lucros acumulados.

D) Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esse seja capaz de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira. O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

ii. Reclassificação para propriedade para investimento

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é remensurada ao seu valor justo e reclassificada como propriedade para investimento. Qualquer ganho resultante dessa nova mensuração é reconhecido no resultado na medida em que o ganho reverta uma perda por redução ao valor recuperável anterior na propriedade específica, qualquer ganho remanescente é reconhecido como outros resultados abrangentes no patrimônio na reserva de ajuste de avaliação patrimonial. Qualquer perda é reconhecida imediatamente no resultado.

iii. Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

iv. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. A vida útil e o valor residual foram revisados em 31

de dezembro de 2012.

E) Ativos intangíveis

i. Pesquisa e desenvolvimento

Gastos em atividades de pesquisa, realizados com a possibilidade de ganho de conhecimento e entendimento científico ou tecnológico, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à produção de produtos novos ou substancialmente aprimorados. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta, custos de fabricação que são diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto, e custos de empréstimo. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

ii. Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

iii. Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados ao ativo específico ao quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iv. Amortização

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear fundamentada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados, caso seja adequado.

F) Investimentos

Investimentos em empresas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras individuais da controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, os investimentos em controladas são contabilizados no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária nas controladas.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das controladas com base no método da equivalência patrimonial. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da controlada, a Controladora reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Controladora e suas controladas (direta e indireta), são eliminados de acordo com a participação mantida nas controladas.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Controladora. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Controladora.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Controladora em suas controladas. A Controladora determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos nas controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Controladora calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

G) Propriedade para investimento

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo no reconhecimento inicial e subsequentemente ao valor justo. Alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

Custo inclui despesa que é diretamente atribuível à aquisição de uma propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento construída pelo proprietário inclui os custos de material e mão de obra direta, qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculados pela diferença entre o valor líquido recebido e o valor contábil) são reconhecidos no resultado do exercício. Quando uma propriedade para investimento previamente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

Quando a utilização da propriedade muda de tal forma que ela é reclassificada como imobilizado, seu valor justo apurado na data da reclassificação se torna seu custo para a contabilização subsequente.

H) Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição, líquido dos impostos compensáveis quando aplicáveis. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração contempla as matérias primas, outros materiais de produção, o custo da mão-de-obra direta, outros custos diretos e uma parcela (alocação) dos custos fixos e variáveis, baseados na capacidade operacional normal. A avaliação dos estoques não excede o seu valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

I) Redução ao valor recuperável (impairment)

I.1) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

i. Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

ii. Ativos disponíveis para venda

Perdas por redução ao valor recuperável em ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda acumulada reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda acumulada que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As mudanças nas provisões de perdas por redução ao valor

recuperável atribuíveis ao método dos juros efetivos são refletidas como um componente de receitas financeiras.

Caso o valor justo de um ativo financeiro de dívida (debt security) disponível para venda para o qual tenha sido reconhecida uma perda no valor recuperável apresente aumento, em um período subsequente, e o aumento possa ser objetivamente relacionado a um evento que ocorra após a perda por redução no valor recuperável ter sido reconhecida no resultado, então a perda de valor é revertida com o valor da reversão reconhecido no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes.

I.2) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não as propriedades para investimento, estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

J) Ativos classificados como não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes, ou os grupos de ativos classificados como mantidos para venda, sobre os quais existe a expectativa de terem seus valores recuperados primariamente através de transação de venda ao invés do uso contínuo, são classificados como ativos mantidos para venda. Imediatamente antes de serem classificados como ativos mantidos para venda, os ativos, ou componentes de um grupo de ativos classificados como mantidos para venda, são mensurados conforme as políticas contábeis da Companhia. A partir de então, os ativos, ou a Companhia de ativos classificados como mantidos para venda, são geralmente medidos pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo decrescido das despesas de venda. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda e os ganhos e perdas subsequentemente apurados são reconhecidos no resultado. Os ganhos não são reconhecidos quando excedem qualquer perda cumulativa por redução ao valor recuperável anteriormente reconhecida.

Quando classificados como mantidos para venda, intangíveis e imobilizado não são amortizáveis ou depreciables. Investimentos avaliados por equivalência patrimonial não mais ficam sujeitos à aplicação do método de equivalência patrimonial quando classificados como mantidos para venda.

K) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

L) Receita operacional

i. Reconhecimento de receitas

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda.

M) Subvenção e assistência governamentais

Uma subvenção governamental incondicional relacionada a um ativo biológico é reconhecida no resultado como outras receitas quando a subvenção se torna recebível. Outras subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando existe razoável garantia de que elas serão recebidas e que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção, e são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática no período de vida útil do ativo.

As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado em uma base sistemática no mesmo período em que as despesas são registradas.

N) Arrendamentos

Companhia como arrendatária: Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são

alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantil financeiro. De forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesas da demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

Companhia como arrendadora: Arrendamentos mercantis para os quais a Companhia não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da posse do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais. Custos diretos iniciais incorridos na negociação de arrendamentos mercantis operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo locado e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento com base semelhante à receita de aluguel. Aluguéis contingentes são reconhecidos como receita ao longo do tempo em que eles são auferidos.

Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa no exercício em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que os respectivos pagamentos não sejam feitos nesse exercício.

O) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), receita de dividendos (exceto para os dividendos recebidos de investidas avaliadas por equivalência patrimonial na controladora), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ganhos na reavaliação a valor justo de participação pré-existente em controlada, ganhos nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia em receber o pagamento é estabelecido. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação contingente, perdas em alienação de ativos disponíveis para venda, dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis), e perdas nos instrumentos de *hedge* que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

P) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são calculados e reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do tributo e os valores contábeis das demonstrações financeiras. A alíquota de impostos definidas atualmente para se determinar os créditos tributários diferidos é de 25% para imposto de renda na controladora e 34% (25% para imposto de renda e 9% para contribuição social) nas controladas.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias:

- O reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável;
- Diferenças relacionadas a investimentos em controladas, filiais e coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto (joint venture) quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível; e
- O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levaria a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Q) Operações descontinuadas

A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes. Quando uma operação é classificada como uma operação

descontinuada, a demonstração comparativa de resultado e a demonstração de resultados abrangentes são reapresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo.

R) Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

S) Lucro por ação

A Companhia apura o saldo de lucro por ação com base na atribuição do resultado do exercício de cada classe de ações emitidas pela Companhia, ponderado as quantidades em circulação durante o período.

T) Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2013, e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

• IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2010), IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2009): – O IFRS 9 (2009) introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros. Sob IFRS 9 (2009) ativos financeiros são classificados e mensurados baseados no modelo de negócio no qual eles são mantidos e as características de seus fluxos de caixa contratuais. IFRS 9 (2010) introduz adições em relação aos passivos financeiros. O IASB atualmente tem um projeto ativo para realizar alterações limitadas aos requerimentos de classificação e mensuração do IFRS 9 e adicionar novos requerimentos para endereçar a perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e contabilidade de *hedge*.

O IFRS 9 (2010 e 2009) é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015. A adoção do IFRS 9 (2010) deve causar um impacto nos ativos financeiros da Companhia, mas nenhum impacto nos passivos financeiros da Companhia.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes, correspondentes a esta norma.

• IFRS 10 Consolidated Financial Statements (Demonstrações Financeiras Consolidadas) (CPC 36 (R3) Demonstrações Consolidadas), IFRS 11 Joint Arrangements (Negócios em conjunto) (CPC 19 (R2) Negócios em Conjunto) e IFRS 12 Disclosure of Interests in Other Entities (Divulgação de Participações em Outras Entidades) (CPC 45 – Divulgação de Participações em Outras Entidades)

O IFRS 10 / CPC 36(R2) introduz um modelo de controle único para determinar se um investimento deveria ser consolidado.

De acordo com o IFRS 11 / CPC 19(R2), a estrutura de um negócio em conjunto, embora ainda seja uma consideração importante, não é mais o fator principal na determinação do tipo de negócio em conjunto e, conseqüentemente, da contabilização subsequente.

- A participação da Companhia em uma operação em conjunto, que é um acordo no qual as partes têm direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos, será contabilizada com base na participação da Companhia sobre esses ativos e passivos.
- A participação da Companhia em um empreendimento controlado em conjunto (joint venture), que é um acordo no qual as partes têm direitos sobre os ativos líquidos, será registrada por equivalência patrimonial.

O IFRS 12 / CPC 45 consolida em uma única norma todos os requerimentos de divulgação sobre a participação de uma entidade em controladas, negócios em conjunto, coligadas e entidades estruturadas não consolidadas. A Companhia está atualmente avaliando os requerimentos de divulgação nas suas subsidiárias, participações em negócios em conjunto e coligadas e entidades estruturadas não consolidadas em comparação com as divulgações existentes. O IFRS 12 / CPC 45 requer a divulgação da informação sobre a natureza, riscos e efeitos financeiros dessas participações.

Estas normas são efetivas para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013 e não terão impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

- IFRS 13 Fair Value Measurement (Mensuração do Valor Justo) (CPC 46 – Mensuração do Valor Justo): O IFRS 13 / CPC 46 contém uma única fonte de orientação sobre como o valor justo é mensurado, e substitui a orientação de mensuração de valor justo que atualmente está dispersada em outras IFRS. Sujeito a exceções limitadas, o IFRS 13 / CPC 46 se aplica quando a mensuração ou divulgações de valor justo são requeridas ou permitidas por outras IFRS. A Companhia está atualmente revisando sua metodologia de determinação de valor justo (veja nota explicativa nº 4). O IFRS 13 / CPC 46 é efetivo para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

- IFRIC 20 Stripping Costs in the Production Phase of a Surface Mine (Custos de remoção na fase de produção de uma mina de superfície) (ICPC 18 – Custos de remoção na fase de produção de uma mina de superfície) – Estabelece o reconhecimento dos production stripping costs (Custos de remoção da produção) como um ativo; mensuração inicial dos ativos da atividade de remoção; e mensuração subsequente dos ativos da atividade de remoção. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. Esta alteração não terá impacto nas informações financeiras da Companhia.

- Amendments to IAS 19 Employee Benefits (2011) (Alterações ao IAS 19 Benefícios a Empregados) (CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados) – O IAS 19(2011) / CPC 33(R1) altera a definição de benefícios de curto e longo prazo para clarificar a distinção entre os dois. Para planos de benefício definido, a remoção da escolha de política contábil para reconhecimento de ganhos e perdas atuariais não deve ter impacto na Companhia. Entretanto, a Companhia talvez tenha que avaliar o impacto das mudanças nos princípios de mensuração do retorno esperado sobre os ativos do plano. O IAS 19(2011) / CPC 33(R1) é efetivo para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

- IAS 28 Investments in Associates (Investimento em coligada) (CPC 18(R2) - Investimento em coligada) (revisado em 2011) - Como consequência dos recentes IFRS 11 e IFRS 12, o IAS 28 passa a ser IAS 28 Investimentos em Associadas e Joint Ventures, e descreve a aplicação do método patrimonial para investimentos em joint ventures, além do investimento em associadas. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. Esta alteração não terá impacto nas informações financeiras da Companhia.

IAS 32 Financial Instruments: Presentation (Instrumentos financeiros: Apresentação) e IFRS 7 Financial Instruments: Disclosures (Instrumentos financeiros: Evidenciação) (CPC 39 Instrumentos financeiros: Apresentação / CPC 40(R1) Instrumentos financeiros: Evidenciação) – As alterações têm o objetivo de esclarecer os requerimentos de compensação de instrumentos financeiros. Estas alterações endereçam as inconsistências encontradas na prática quando aplicados os critérios de compensação no IAS 32. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. Esta alteração não terá impacto nas informações contábeis da Companhia.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

U) Determinação do ajuste a valor presente

Os itens sujeitos ao desconto a valor presente são:

- Contas a receber de clientes compostas pela venda a prazo para clientes da Companhia com baixo risco de crédito. A taxa de desconto utilizada pela Administração para o desconto a valor presente para esses itens é de 100% do CDI para mercado interno e Libor para mercado externo. A taxa de juros imputada em uma transação de venda é determinada no momento do registro inicial da transação e não é ajustada posteriormente.
- Contas a pagar a fornecedores compostos pelas compras a prazo. A taxa de desconto é calculada pela média mensal do DI.

04. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

i. Imobilizado

O valor justo do imobilizado reconhecido em função de uma combinação de negócios é baseado em valores de mercado. O valor de mercado da propriedade é o valor estimado para o qual um ativo poderia ser trocado na data de avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação sob condições normais de mercado. O valor justo dos itens do ativo imobilizado é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

ii. Ativos intangíveis

O valor justo de ativos intangíveis é baseado nos fluxos de caixa descontados que se espera que derivem do uso e possível venda dos ativos.

iii. Propriedade para investimento

Uma empresa de avaliação, externa e independente, tendo apropriada qualificação profissional reconhecida e experiência recente na região e no tipo de propriedade que está sendo avaliada, avalia a carteira de propriedade para investimento da Companhia. Os valores justos são baseados nos valores de mercado, e no valor estimado pelo qual uma propriedade poderia ser trocada na data da avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação sob condições normais de mercado.

Na ausência de preços correntes no mercado ativo, as avaliações são preparadas através da consideração do valor dos fluxos de caixa agregados estimados do arrendamento da propriedade. A taxa de desconto que reflita determinados riscos inerentes aos fluxos de caixa então é aplicada nos fluxos de caixa anuais líquidos para chegar à avaliação da propriedade.

As avaliações refletem, quando apropriado, o tipo de arrendador efetivamente ocupando o imóvel ou do responsável por honrar os compromissos do arrendamento ou do arrendador que provavelmente estará ocupando o imóvel após o período em que o imóvel ficou vago, a alocação das responsabilidades de manutenção e seguro entre a Companhia e o locatário; e a vida econômica remanescente da propriedade. Quando revisões do arrendamento ou renovações do arrendamento estão pendentes e incluem aumentos previstos referentes à devolução da propriedade, assume-se que tais avisos, e quando apropriado contra-avisos, tenham sido providos de maneira válida e dentro do tempo apropriado.

Propriedade para investimento em construção é avaliada pela estimativa do valor justo do investimento completo e deduzido do montante estimado dos custos para completar a construção, custo dos financiamentos e uma razoável margem de lucro.

iv. Contas a receber de clientes e outros créditos

O valor justo de contas a receber e outros créditos, excluindo obra em andamento é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

v. Contratos de câmbio a termo e swaps de taxas de juros

O valor justo de contratos de câmbio a termo é baseado no preço de mercado listado, caso disponível. Caso um preço de mercado listado não esteja disponível, o valor justo é estimado descontando da diferença entre o preço a termo contratual e o preço a termo corrente para o período de vencimento residual do contrato usando uma taxa de juros livre de riscos (baseada em títulos públicos).

O valor justo de contratos de swaps de taxas de juros é baseado nas cotações de corretoras. Essas cotações são testadas quanto à razoabilidade através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data de mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para considerar o risco de crédito da entidade da Companhia e contraparte quando apropriado.

vi. Outros passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por

referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes.

vii. Operações descontinuadas

Em 03 de outubro de 2012, a Companhia vendeu seu segmento de fertilizantes. O segmento não era uma operação descontinuada ou classificada como mantido para venda em 31 de dezembro de 2011. A Administração alienou a controlada seguindo uma decisão estratégica em focar somente no segmento de cobre.

05. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

A Companhia, seguindo sua política de aplicação de recursos, tem mantido suas aplicações financeiras em investimentos de baixo risco e em títulos públicos federais em instituições financeiras nas quais a Administração entende que sejam de primeira linha, de acordo com o rating divulgado pelas agências de risco Moody's, Standard & Poors e Fitch.

		Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
Caixa e bancos		5.627	6.095	7.429	7.765
Aplicações financeiras	5.1	52.700	73.135	52.700	73.135
Cambiais recebidas (a)		135.400	23.416	135.400	23.416
Caixa e equivalentes de caixa		193.727	102.646	195.529	104.316
Aplicações financeiras	5.2	439.267	664.224	439.267	666.215
Aplicações financeiras		439.267	664.224	439.267	666.215
		632.994	766.870	634.796	770.531
Aplicações financeiras ativo circulante		419.146	664.224	419.146	666.215
Aplicações financeiras ativo não-circulante		20.121	-	20.121	-

(a)Referem-se a operações recebidas de clientes no Exterior, aguardando fechamento de câmbio ou o momento em que a Companhia e suas controladas tiverem necessidade de caixa ou alguma operação de compra na mesma moeda externa.

5.1. Aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa

Referem-se a certificados de depósitos bancários e debêntures compromissadas e refletem as condições usuais de mercado, cujo vencimento, na data do Balanço Patrimonial, é igual ou inferior a 90 dias, possuem liquidez imediata e não possuem risco de variações significativas de flutuação em função da taxa de juros, sendo remuneradas em média a 101,57% (101,82% em 2011) do CDI no consolidado e na controladora, mensuradas ao valor justo em contrapartida do resultado.

5.2. Demais aplicações financeiras

Referem-se a certificados de depósitos bancários e debêntures compromissadas e refletem as condições usuais de mercado nas datas dos balanços, sendo remuneradas em média a 101,57% (101,82% em 2011) do CDI no consolidado e na controladora, mensuradas ao valor justo e letras do tesouro nacional remuneradas a 12,12% a.a. em 2011. Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia possuía R\$93.172 de aplicações financeiras dadas em garantia de operação de compra de energia no mercado livre, swap de ações e financiamento da atualização tecnológica e expansão da fábrica.

06. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Clientes no país:				
Terceiros	178.307	204.285	303.012	319.225
Partes Relacionadas	297.969	197.592	-	-
Ajuste a valor presente Terceiros	(1.127)	(4.997)	(1.973)	(6.611)
Ajuste a valor presente Partes Relacionadas	(945)	-	-	-
Perda estimada do valor recuperável	(30.204)	(24.303)	(35.772)	(27.732)
Clientes no exterior:				
Terceiros	188.780	227.392	188.689	227.392
Ajuste a valor presente	(1.223)	(3.645)	(1.223)	(3.645)
	<u>631.557</u>	<u>596.324</u>	<u>452.733</u>	<u>508.629</u>
Ativo circulante	628.747	578.230	449.923	490.535
Ativo não-circulante	2.810	18.094	2.810	18.094

A composição do contas a receber por idade de vencimento, líquida de provisão para perda por redução ao valor recuperável, é descrita como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
A vencer mais de 120 dias	15.664	26.199	15.664	26.199
A vencer de 91 a 120 dias	5.637	13.951	14.556	13.951
A vencer de 61 a 90 dias	17.736	26.737	24.543	31.364
A vencer de 31 a 60 dias	48.081	57.387	83.518	86.053
A vencer até 30 dias	541.255	389.576	311.169	331.458
Vencidas há 30 dias	-	85.476	-	23.347
Vencidas de 31 a 60 dias	-	281	-	865
Vencidas de 61 a 90 dias	-	289	-	319
Vencidas de 91 a 120 dias	-	11	-	11
Vencidas há mais de 120 dias	-	4.246	-	4.505
	<u>628.373</u>	<u>604.153</u>	<u>449.450</u>	<u>518.072</u>
Ajuste a valor presente	(3.295)	(8.642)	(3.196)	(10.256)
Outros	6.479	813	6.479	813
	<u>631.557</u>	<u>596.324</u>	<u>452.733</u>	<u>508.629</u>
Ativo circulante	628.747	578.230	449.923	490.535
Ativo não-circulante	2.810	18.094	2.810	18.094

A Companhia possui normas para o monitoramento de créditos e duplicatas vencidas, sendo o saldo exposto ao risco advindo da possibilidade de não recebimento dos valores decorrentes de operações de venda. A Companhia constitui provisões para perda estimada como forma de redução do valor recuperável do contas a receber sempre que identifica evidências de que algum ativo pode vir a não ser liquidado.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>(24.303)</u>	<u>(27.732)</u>
Provisões do exercício	(5.933)	(11.507)
Baixa pela alienação de controlada	-	3.430
Utilizados	32	37
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>(30.204)</u>	<u>(35.772)</u>

O saldo da perda estimada do contas a receber de clientes é constituído por duplicatas vencidas há mais de 60 dias. A despesa com a constituição da provisão para créditos de

liquidação duvidosa é registrada na demonstração do resultado, sob a rubrica de “Outras receitas (despesas) operacionais”.

O aumento das provisões se deve à mudança de estimativa da Companhia, alterando o prazo considerado como evidência de não liquidação.

07. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Produtos acabados	208.931	159.279	208.931	171.519
Produtos em processo	413.305	239.827	413.305	239.827
Matérias-primas	371.059	334.333	371.059	339.606
Importações em andamento	263.108	183.397	263.108	184.241
Materiais de manutenção e outros	12.875	10.732	12.875	12.308
Matéria prima em trânsito	31.045	19.682	31.045	19.682
Materiais para revenda	17.260	10.711	21.017	13.212
Adiantamentos a fornecedores p/compra MP	9.261	19.598	9.261	19.598
Perda estimada do valor recuperável	(587)	(1.600)	(587)	(1.600)
	1.326.257	975.959	1.330.014	998.393

A constituição ou reversão de perdas com estoques é registrada na demonstração do resultado, sob a rubrica de “Outras receitas (despesas) operacionais”. A perda estimada é constituída com análise dos materiais e produtos sem movimentação há mais de 3 anos. O efeito líquido da reversão/constituição para perda dos estoques no período é de R\$1.013 (R\$1.600 em 2011).

08. Impostos e contribuições a recuperar

	Notas	Controladora			
		2012		2011	
		Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante
Imposto sobre operações financeiras-IOF	(a-b)	-	14.305	1.194	14.305
Imposto de renda retido na fonte-IRRF		14.164	-	8.213	2.676
Imposto de renda e contribuição social antecipados		-	-	5.429	-
Programa de integração social-PIS	(d)	3.826	2.422	1.803	-
Programa de integração social-PIS - Exportação	(d)	4.547	-	279	-
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços-ICMS	(c)	20.375	-	9.945	-
Finsocial a restituir	(e)	-	-	6.962	-
Contr. para financ. da seguridade social-COFINS	(d)	17.625	4.229	5.748	-
Contr. para financ. da seguridade social-COFINS - Export.	(d)	20.941	-	1.283	-
Imposto de renda e contribuição social a ser restituído	(f)	617	21.062	6.048	20.229
Impostos sobre ativo imobilizado a creditar		5.867	9.688	5.482	3.859
Adicional seguro acidente trabalho		-	-	266	-
Impostos sobre produtos industrializados-IPI		237	271	2.000	-
Reintegra	(g)	10.741	-	4.324	-
Perda estimada do valor recuperável	(h)	-	(4.196)	-	-
Outros		313	-	164	272
		99.253	47.781	59.140	41.341

		Consolidado			
		2012		2011	
	Notas	Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante
Imposto sobre operações financeiras-IOF	(a-b)	-	14.305	1.194	14.305
Imposto de renda retido na fonte-IRRF		14.165	-	8.473	2.676
Imposto de renda e contribuição social antecipados		-	-	8.669	-
Programa de integração social-PIS	(d)	4.267	2.422	3.675	-
Programa de integração social-PIS - Exportação	(d)	4.547	-	279	-
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços-ICMS	(c)	20.700	-	10.280	-
Finsocial a restituir	(e)	-	-	6.892	-
Contr. para financ. da seguridade social-COFINS	(d)	19.657	4.229	13.890	-
Contr. para financ. da seguridade social-COFINS - Export.	(d)	20.941	-	1.283	-
Imposto de renda e contribuição social a ser restituído	(f)	3.768	21.062	8.224	20.229
Impostos sobre ativo imobilizado a creditar		5.867	9.688	5.675	3.993
Adicional seguro acidente trabalho		-	-	266	-
Impostos sobre produtos industrializados-IPI		237	271	2.000	-
Reintegra	(g)	10.741	-	4.324	-
Perda estimada do valor recuperável	(h)	-	(4.196)	-	-
Outros		313	-	234	273
		105.203	47.781	75.358	41.476

- (a) Em 15 de maio de 2000, a Companhia Caraíba Metais S.A., incorporada pela Paranapanema S.A. em 13 de novembro de 2009, obteve sentença definitiva, no Supremo Tribunal Federal – STF, na ação em que pedia a restituição dos valores pagos entre abril de 1990 e outubro de 1991, a título de IOF sobre os seus ativos financeiros, em obediência à Lei nº 8.033/90 (Plano Collor). A controlada obteve êxito definitivo no julgamento do mérito, entretanto, aguarda julgamento de embargos à execução de sentença interpostos pela União Federal, por não concordar com os valores executados pela Companhia. O referido ativo está demonstrado ao provável valor de realização, considerando o valor para o qual a Companhia obteve êxito definitivo.
- (b) Em relação ao Processo de Ação de Restituição de Indébito de IOF nº 92.0007521-5, incidente sobre a transmissão do ouro quando ativo financeiro, transitada em julgado e já deferida pela Receita Federal, a Companhia efetuou o pedido de restituição no valor de R\$ 1.194, e utilizou para compensar outros tributos administrados pela Receita Federal.
- (c) Refere-se substancialmente, ao saldo credor de impostos sobre a circulação de mercadorias e serviços – ICMS, gerados em suas operações, demonstrado pelo seu valor líquido de realização.
- (d) Refere-se, substancialmente, ao crédito tomado de acordo com as Leis nº 10.637/02 (PIS) e nº 10.866/03 (COFINS), que se referem ao regime de apuração para a não-cumulatividade.
- (e) Refere-se ao saldo do crédito de Finsocial, oriundo de decisão transitada em julgado na ação judicial nº 96.00.08452-1, já deferida pela Receita Federal, da Caraíba Metais S.A. incorporada pela Paranapanema S.A. em 13 de novembro de 2009. A Companhia efetuou o pedido de restituição e utilizou para compensar outros tributos administrados pela Receita Federal.
- (f) Refere-se a imposto de renda e contribuição social a ser recuperado pela Companhia referente a exercícios anteriores. Para os valores classificados no ativo não circulante, a Companhia efetuou o pedido de restituição com processo administrativo e aguarda homologação da Receita Federal para compensar ou restituir o valor.

(g) Refere-se a Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra). Os valores foram apurados de acordo com os parâmetros definidos na Lei nº 12.546 de 14 de dezembro de 2011.

(h) Constituição de provisão para perda de Impostos a restituir referente a saldo negativo de IRPJ do ano calendário de 2003, que após análise pela Receita Federal do Brasil foi objeto de glosa sob alegação de prescrição do crédito. A Companhia protocolou manifestação de inconformidade e aguarda decisão definitiva do processo em questão. Nossos consultores jurídicos classificaram o processo como remoto para fins de obtenção de êxito no pleito.

A Companhia, com base em análises e projeção orçamentária aprovada pela Administração, não prevê riscos da não realização dos demais créditos tributários.

09. Outros ativos circulantes e não circulantes

a) Demais contas a receber

		Controladora			
		2012		2011	
Notas		Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante
		352	-	530	-
		6.539	-	-	-
		1.919	-	1.370	-
		2.175	-	1.912	-
		-	6.094	-	5.643
		-	1.786	-	2.031
		297	1.782	271	1.623
		-	-	1.364	-
	01.f	8.897	-	-	-
		316	1.420	426	-
		(2.798)	-	(1.463)	-
		<u>17.697</u>	<u>11.082</u>	<u>4.410</u>	<u>9.297</u>

		Consolidado			
		2012		2011	
		Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante
		352	-	539	-
		6.539	-	-	-
		1.923	-	1.438	-
		2.825	-	3.819	-
		-	6.094	-	5.643
		-	1.786	-	2.031
		297	1.782	271	1.623
		-	-	1.364	-
	01.f	8.897	-	-	-
		413	1.420	422	-
		(2.798)	-	(3.298)	-
		<u>18.448</u>	<u>11.082</u>	<u>4.555</u>	<u>9.297</u>

A Companhia constituiu provisão de R\$1.172 para perdas dos valores a receber de seguros que estão sendo negociados com as Seguradoras, e R\$1.626 a receber da MF Global referente a 25% do valor a receber de fornecedores.

b) Depósitos Judiciais

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Trabalhista	29.836	31.048	29.836	31.528
Importações	-	2.606	-	2.606
Previdenciário	633	3.441	633	3.549
Outros	31.064	30.386	31.064	30.482
	61.533	67.481	61.533	68.165

Com base em levantamento efetuado pela Companhia nos processos existentes, houve redução do saldo de depósitos judiciais, em razão de resgates desses depósitos pela contraparte, devido ao encerramento dos processos, que serão ainda objeto de confirmação junto as instituições financeiras.

10. Investimentos e partes relacionadas

a) Informações financeiras resumidas dos investimentos em 31 de dezembro de 2012

Empresas	Saldo de investimentos		Equivalência patrimonial		Informações financeiras resumidas de controladas em 31 de dezembro de 2012						
	2012	2011	2012	2011	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Capital social	Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado do exercício
Paraibuna Agropec. Ltda.	598	599	(1)	(85)	-	804	206	6.400	598	-	(1)
PINC - Paranapanema (USA) Inc.	90	95	(14)	(795)	216	-	126	347	90	-	(14)
PMA Imp. e Exp. Ltda.	242	128	114	(22)	242	-	-	150	242	-	114
	930	822	99	(902)	458	804	332	6.897	930	-	99
Cibrafétil - Cia. Brasileira de Fertilizantes	-	7.271	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CINC - Caraiba Incorporated Ltda..	-	25	(27)	-	1.281	-	1.282	2	(1)	60.259	(28)
CDPC - Centro Distrib. Prods. Cobre Ltda.	-	1.624	(11.624)	(3.248)	288.014	10.248	305.798	12.000	(7.536)	2.412.838	(19.160)
	-	8.920	(11.651)	(3.248)	289.295	10.248	307.080	12.002	(7.537)	2.473.097	(19.188)
	930	9.742	(11.552)	(4.150)	289.753	11.052	307.412	18.899	(6.607)	2.473.097	(19.089)
Operação descontinuada											
Cibrafétil - Cia. Brasileira de Fertilizantes	-	7.271	(7.141)	(7.651)	-	-	-	-	-	94.621	(7.119)

b) Movimentação de investimentos da empresa controladora

	2012						2011
	Cibrafétil - Companhia Brasileira de Fertilizantes	Paraibuna Agropec. Ltda.	PMA Importadora e Exportadora Ltda.	PINC - Paranapanema a USA Inc.	CDPC - Centro de Distrib. de Produtos de Cobre Ltda.	CINC - Caraiba International	Total
No início do período	7.270	599	128	95	1.624	25	21.360
Constituição / aumento de capital	-	-	-	-	10.000	-	150
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	(69)
Variação cambial de investimento no exterior	-	-	-	9	-	2	102
Equivalência patrimonial	(7.141)	(1)	114	(14)	(11.624)	(27)	(4.150)
Operação descontinuada	(129)	-	-	-	-	-	(7.651)
No fim do período	-	598	242	90	-	-	9.742

c) Saldos e transações da empresa controladora com partes relacionadas

	Ativo circulante	Passivo circulante	Vendas de mercadorias e serviços	Compras de mercadorias e serviços
Controladas diretas				
Contas a receber				
CDPC - Centro de Distr. de Prods. Cobre Ltda.	297.763	158.340	2.354.901	788.652
Paraibuna Agropecuária Ltda.	206	-	-	-
Cibrafétil Cia. Brasileira de Fertilizantes	-	-	11.830	-
CINC - Caraiba Incorporated Ltda..	-	1.281	-	60.259
	<u>297.969</u>	<u>159.621</u>	<u>2.366.731</u>	<u>848.911</u>
Ajuste a valor presente - CDPC	<u>(945)</u>	<u>(375)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>297.024</u>	<u>159.246</u>	<u>2.366.731</u>	<u>848.911</u>
Demais contas a receber				
PINC - Paranapanema (USA) Inc.	125	-	-	-
CINC - Caraiba Incorporated Ltda..	1	-	-	-
	<u>126</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total em 31 de dezembro de 2012	<u>297.150</u>	<u>159.246</u>	<u>2.366.731</u>	<u>848.911</u>
Total em 31 de dezembro de 2011	<u>197.592</u>	<u>74.007</u>	<u>1.944.102</u>	<u>945.434</u>

O saldo em 31 de dezembro de 2012, no montante de R\$296.818 (R\$184.408 em 2011), registrado no ativo circulante, refere-se a transações de venda entre a controladora e sua controlada CDPC – Centro de Distribuição de Produtos de Cobre Ltda.

Quanto ao valor de R\$157.965 (R\$72.231 em 2011), registrado no passivo circulante, refere-se à compra de cátodo e sucata da controlada.

d) Honorários da Administração

A Companhia considerou como “Pessoal chave da Administração”, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560/2008 e CPC 05, os integrantes da sua diretoria executiva, composto pelo Diretor Presidente, Diretor Vice-Presidente, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, Diretor de Supply Chain, Diretor de Gestão de Pessoas e Desenvolvimento Sustentável, Diretor de Unidade de Negócios e Diretor de Controladoria e os membros do conselho de administração e fiscal. Adicionalmente, a Companhia não realizou operações com o acionista controlador.

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Remuneração dos conselheiros e estatutários	(7.138)	(4.850)	(7.441)	(5.231)
Participação de resultados	(5.348)	(2.996)	(5.348)	(2.996)
Encargos sociais de diretores e conselheiros	(1.562)	(952)	(1.623)	(1.041)
Previdência privada, assist. médica e seguro de vida	(386)	(337)	(396)	(354)
	<u>(14.434)</u>	<u>(9.135)</u>	<u>(14.808)</u>	<u>(9.622)</u>

Os referidos montantes estão registrados substancialmente na rubrica “Honorários da Administração”..

De acordo com o IAS 24 (alterações)/CPC 05 (R1) – Apresentação de Partes Relacionadas, os membros da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração não são partes de contratos que prevejam benefícios corporativos adicionais, tais como benefício pós-emprego ou quaisquer outros benefícios de longo prazo e remuneração com base em ações.

11. Imobilizado

11.1. Movimentação sumária do imobilizado

	Controladora								
	Terrenos	Edificações	Aterro industrial	Máquinas e equipamentos	Veículos	Moveis e utensílios	Imobilizado em andamento	Peças sobressalentes	Total
Custo ou avaliação:									
Saldo em 1º de janeiro de 2011	181.552	281.823	8.573	1.290.895	2.966	22.030	68.575	2.911	1.859.325
Adições	-	-	-	-	-	-	119.213	40.445	159.658
Alienações	-	(81.277)	-	(456.529)	(6)	(283)	-	-	(538.095)
Transferências	-	2.097	-	31.735	-	1.879	(35.711)	-	-
Juros capitalizados	-	-	-	-	-	-	4.607	-	4.607
Em 31 de dezembro de 2011	181.552	202.643	8.573	866.101	2.960	23.626	156.684	43.356	1.485.495
Adições	-	-	-	-	-	-	357.878	4.575	362.453
Alienações	-	(2.157)	-	(5.824)	(54)	543	-	-	(7.492)
Transferências	-	5.075	-	19.206	180	1.768	(26.229)	-	-
Perda estimada do valor recuperável	-	-	-	-	-	-	-	(4.328)	(4.328)
Juros capitalizados	-	-	-	-	-	-	15.026	-	15.026
Em 31 de dezembro de 2012	181.552	205.561	8.573	879.483	3.086	25.937	503.359	43.603	1.851.154
Depreciação e perda por desvalorização:									
Taxas anuais médias de depreciação (%)	0,0%	2,2%	25,0%	10% a 15%	20,0%	10,0%			
Saldo em 1º de janeiro de 2011	-	(121.122)	(7.348)	(703.811)	(2.913)	(18.705)	-	-	(853.899)
Despesa de depreciação no período	-	(6.792)	(700)	(66.666)	(23)	(1.389)	-	-	(75.570)
Alienações	-	81.277	-	454.721	7	279	-	-	536.284
Em 31 de dezembro de 2011	-	(46.637)	(8.048)	(315.756)	(2.929)	(19.815)	-	-	(393.185)
Despesa de depreciação no período	-	(7.075)	(525)	(62.824)	(40)	(1.284)	-	-	(71.748)
Alienações	-	145	-	1.163	54	(543)	-	-	819
Em 31 de dezembro de 2012	-	(53.567)	(8.573)	(377.417)	(2.915)	(21.642)	-	-	(464.114)
Valor residual líquido:									
Em 31 de dezembro de 2012	181.552	151.994	-	502.066	171	4.295	503.359	43.603	1.387.040
Em 31 de dezembro de 2011	181.552	156.006	525	550.345	31	3.811	156.684	43.356	1.092.310

	Consolidado								
	Terrenos	Edificações	Aterro industrial	Máquinas e equipamentos	Veículos	Moveis e utensílios	Imobilizado em andamento	Peças sobressalentes	Total
Custo ou avaliação:									
Saldo em 1º de janeiro de 2011	184.829	305.958	8.799	1.293.315	2.993	22.816	71.931	3.076	1.893.717
Adições	-	-	-	-	-	7	122.797	40.411	163.215
Alienações	-	(83.386)	-	(430.519)	-	(4)	-	-	(513.909)
Transferências	-	3.134	(226)	37.404	-	2.135	(42.447)	-	-
Juros capitalizados	-	-	-	-	-	-	4.607	-	4.607
Em 31 de dezembro de 2011	184.829	225.706	8.573	900.200	2.993	24.954	156.888	43.487	1.547.630
Adições	-	-	-	3.357	-	-	358.159	4.583	366.099
Baixa pela alienação de controlada	(147)	(25.444)	-	(37.562)	(21)	(750)	(199)	(137)	(64.260)
Alienações	-	(2.157)	-	(5.824)	(67)	(18)	-	-	(8.066)
Transferências	-	5.130	-	19.391	180	1.814	(26.515)	-	-
Perda estimada do valor recuperável	-	-	-	-	-	-	-	(4.328)	(4.328)
Juros capitalizados	-	-	-	-	-	-	15.026	-	15.026
Em 31 de dezembro de 2012	184.682	203.235	8.573	879.562	3.085	26.000	503.359	43.605	1.852.101
Depreciação e perda por desvalorização:									
Taxas anuais médias de depreciação (%)	0,0%	2,2%	25,0%	10% a 15%	20,0%	10,0%			
Saldo em 1º de janeiro de 2011	-	(126.082)	(7.348)	(688.175)	(2.940)	(19.388)	-	-	(843.933)
Despesa de depreciação no período	-	(7.477)	(700)	(72.237)	(23)	(1.428)	-	-	(81.865)
Alienações	-	83.386	-	428.548	-	-	-	-	511.934
Em 31 de dezembro de 2011	-	(50.173)	(8.048)	(331.864)	(2.963)	(20.816)	-	-	(413.864)
Despesa de depreciação no período	-	(7.598)	(525)	(67.115)	(40)	(1.316)	-	-	(76.594)
Baixa pela alienação de controlada	-	4.059	-	20.387	21	442	-	-	24.909
Alienações	-	145	-	1.160	67	16	-	-	1.388
Em 31 de dezembro de 2012	-	(53.567)	(8.573)	(377.432)	(2.915)	(21.674)	-	-	(464.161)
Valor residual líquido:									
Em 31 de dezembro de 2012	184.682	149.668	-	502.130	170	4.326	503.359	43.605	1.387.940
Em 31 de dezembro de 2011	184.829	175.533	525	568.336	30	4.138	156.888	43.487	1.133.766

Com base em análise do ativo imobilizado, foram identificados itens que, após a atualização tecnológica da planta de Dias d'Ávila, podem não vir a ser utilizados. A Companhia decidiu constituir provisão de R\$ 4.328 para fazer face à perda estimada com os itens que estão sem movimentação há mais de 3 anos cujo potencial não foi atestado pelas áreas técnicas..

11.2 Imobilizado em andamento

Em 31 de dezembro de 2012, as imobilizações em andamento, apresentadas no consolidado, no valor de R\$503.359 (R\$156.888 em 31 de dezembro de 2011), estavam substancialmente representadas por:

11.2.1. A unidade de Dias d'Ávila - BA: possui investimentos no montante de R\$330.044 (R\$61.260 em 31 de dezembro de 2011), referente a diversos projetos oriundos da necessidade de melhoria na produção de cátodo de cobre. Os principais projetos são: i) Manutenção da atividade operacional; ii) Atualização tecnológica e expansão da fábrica; iii) Automação painel sulfúricos e efluentes; iv) Instalação de uma trefila bifilar, com previsão de conclusão durante o ano de 2013.

11.2.2. A unidade de Santo André - SP possui investimentos no montante de R\$173.315 (R\$95.424 em 31 de dezembro de 2011), sendo os principais projetos: i) Construção de nova fábrica de tubos; ii) Expansão e atualização tecnológica das linhas de produção de semi elaborados de cobre; iii) Adequações de meio ambiente e parque fabril, com cronograma de previsão de conclusão durante os anos de 2013 a 2014.

11.3. Custos de empréstimos capitalizados

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção e atualização do parque fabril, descrito nos itens 11.2.1 e 11.2.2, cuja previsão de entrada em operação está demonstrada abaixo, estão sendo capitalizados com parte do custo do correspondente projeto. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

O valor dos custos de empréstimos capitalizados e contabilizados em 2012 é de R\$ 15.026 (R\$ 4.607 em 2011).

Projeto	Nota	Previsão Conclusão	Controladora	
			2012	2011
-Construção de nova fabrica de tubos	11.2.2 i	1º trim 2013	2.004	1.674
-Expansão das linhas de produção	11.2.2 ii	4º trim 2014	6.261	1.375
-Instalação de uma trefila bifilar	11.2.1 iv	1º trim 2013	1.055	1.441
-Atualização tecnológica e expansão da fabrica	11.2.1 ii	1º trim 2013	5.706	117
			15.026	4.607

As taxas de juros capitalizados estão entre 3% e 4%.a.a., e foram apuradas nos empréstimos captados em dolar.

As taxas são calculadas de acordo com a média dos empréstimos captados e utilizados para a aquisição do imobilizado.

11.4. Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (*impairment*)

Em atendimento às exigências do IAS 36/CPC 01 - Redução do Valor Recuperável de Ativos, a Companhia efetuou o teste anual de recuperação de seus ativos imobilizados em 31 de dezembro de 2012, os quais foram estimados com base nos valores em uso utilizando os fluxos de caixa descontados, e evidenciaram que o valor estimado de mercado é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação, assim como, no decorrer do período, não houve quaisquer evidências de perda de valor de ativos individuais ou grupo de ativos relevantes. Eventuais impactos de perda de recuperabilidade são destacados em nota explicativa, quando relevantes.

11.5. Imobilizado oferecido em garantia

A Companhia ofereceu bens móveis integrantes do seu ativo imobilizado em garantia de processos trabalhistas e fiscais, que em 31 de dezembro de 2012 totalizavam R\$ 54.538 (R\$48.592 em 31 de dezembro de 2011). Caso ocorra decisão desfavorável em relação a algum processo, os valores serão pagos em moeda corrente.

Em 2012 a Companhia ofereceu R\$ 416.076 de bens do seu ativo imobilizado em garantia de financiamentos dos projetos de expansão e atualização tecnológica das linhas de produção.

12. Intangível

Movimentação sumária do intangível

	Controladora	Consolidado
	ERP / Softwares	ERP / Softwares
Saldo em 1º de janeiro de 2011	37.844	38.404
Adições	1.487	1.497
Em 31 de dezembro de 2011	39.331	39.901
Adições	3.491	3.538
Baixa pela alienação de controlada	-	(616)
Em 31 de dezembro de 2012	42.822	42.823
Amortização e perda por desvalorização:		
Taxas anuais médias de amortização	20,0%	20,0%
Saldo em 1º de janeiro de 2011	(30.478)	(30.961)
Despesa de amortização no período	(5.151)	(5.215)
Em 31 de dezembro de 2011	(35.629)	(36.176)
Despesa de amortização no período	(2.017)	(2.035)
Baixa pela alienação de controlada	-	565
Em 31 de dezembro de 2012	(37.646)	(37.646)
Valor residual líquido:		
Em 31 de dezembro de 2012	5.176	5.177
Em 31 de dezembro de 2011	3.702	3.725

Em atendimento às exigências do IAS 36/CPC 01 - Redução do Valor Recuperável de Ativos, a Companhia efetuou o teste anual de recuperação de seus ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2012, os quais foram estimados com base nos valores em uso utilizando os fluxos de caixa descontados, e evidenciaram que o valor estimado de mercado é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação, assim como, no decorrer do período não houve quaisquer evidências de perda de valor de ativos individuais ou grupo de ativos relevantes. Eventuais impactos de perda de recuperabilidade são destacados em nota explicativa, quando relevantes.

13. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Nacionais				
Fornecedores - Partes Relacionadas	159.246	74.007	-	-
Fornecedores - Mercadorias	126.696	83.530	129.394	88.511
Fornecedores - Serviços	9.058	11.929	9.540	13.051
Fornecedores - Fretes e Transportes	12.445	8.296	15.131	9.960
Fornecedores - Energia Elétrica/Água e Esgoto/Gás	6.191	5.975	6.191	6.079
Fornecedores - Seguros	1.307	965	1.307	965
Fornecedores - Outros	1.738	445	1.739	466
Ajuste a valor presente	(375)	(395)	(377)	(2.012)
	316.306	184.752	162.925	117.020
Exterior				
Fornecedores - Mercadorias	1.536.669	1.099.563	1.538.205	1.109.452
	1.536.669	1.099.563	1.538.205	1.109.452
	1.852.975	1.284.315	1.701.130	1.226.472
Passivo circulante - Terceiros	1.845.594	1.276.165	1.693.749	1.218.322
Passivo não-circulante	7.381	8.150	7.381	8.150

14. Empréstimos e financiamentos

a) Captados a curto prazo

	Controladora		Consolidado	
	Passivo circulante		Passivo circulante	
	2012	2011	2012	2011
Financiamento de comércio exterior-USD	308.744	296.961	308.744	296.961
	308.744	296.961	308.744	296.961

Em 31 de dezembro de 2012, as taxas de juros anuais sobre as dívidas captadas a curto prazo era acima de 2%

b) Captados a longo prazo

Contratados no mercado externo

	Controladora				Consolidado			
	Passivo circulante		Não circulante		Passivo circulante		Não circulante	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Financiamento de importação - USD	37.631	2.046	53.082	9.912	37.631	35.310	53.082	9.912
Empréstimos em moeda estrangeira -USD	183.036	152.199	26.788	200.567	183.036	152.199	26.788	200.567
	220.667	154.245	79.870	210.479	220.667	187.509	79.870	210.479

Em 31 de dezembro de 2012, as taxas de juros anuais sobre as dívidas captadas a longo prazo no mercado externo eram como segue:

	Controladora	Consolidado
Até 3%.....	80.987	80.987
Acima de 3%.....	219.550	219.550
	300.537	300.537

Contratados no mercado interno

	Controladora				Consolidado			
	Passivo circulante		Não circulante		Passivo circulante		Não circulante	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Financiamento de Projetos	2.998	465	34.667	2.179	2.998	465	34.667	2.179
Banco do Nordeste do Brasil - FNE	126	-	158.123	-	126	-	158.123	-
	3.124	465	192.790	2.179	3.124	465	192.790	2.179

Em 31 de dezembro de 2012, as taxas de juros anuais sobre as dívidas captadas a longo prazo no mercado interno como segue:

	Controladora	Consolidado
Até 5%.....	9.936	9.936
De 5% até 8%.....	8.400	8.400
Acima de 8%.....	177.578	177.578
	195.914	195.914

c) Total de empréstimos

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Passivo circulante (a + b).....	532.535	451.671	532.535	484.935
Passivo não-circulante (b).....	272.660	212.658	272.660	212.658

As parcelas de longo prazo em 31 de dezembro de 2012 tem o seguinte vencimento:

	Controladora	Consolidado
2014.....	59.439	59.439
2015.....	49.046	49.046
2016.....	48.584	48.584
2017.....	47.189	47.189
2018.....	42.704	42.704
2019.....	25.698	25.698
	272.660	272.660

Em 31 de dezembro de 2012, os empréstimos e financiamentos de longo prazo denominados FINEM, FINAME (BNDES), FNE (BNB) e FINVERA estão garantidos por bens do ativo imobilizado. O valor líquido contábil destes ativos é de R\$ 416.076, suficiente para a cobertura dos respectivos empréstimos, sendo R\$ 393.705 de terrenos e R\$ 22.371 de máquinas e equipamentos.

Parte dos instrumentos financeiros passivos (pré-pagamentos de exportação) possui obrigações relacionadas a indicadores financeiros (*covenants*), como dívida líquida sobre EBITDA, liquidez corrente e alavancagem.

Este contrato inclui como principais eventos de inadimplemento: inexistência de qualquer declaração, garantia ou certificação prestada em conexão com o Contrato de Crédito de Pré-pagamento de Exportação e sujeição a certos períodos de resolução e violação de qualquer obrigação prevista no Contrato de Crédito de Pré-pagamento de Exportação.

A Companhia possui um contrato com saldo total de R\$114.882, em 31 de dezembro de 2012, que não apresentou conformidade com o *covenant* de dívida líquida sobre EBITDA e o de alavancagem (total do passivo sobre o patrimônio líquido). Os bancos credores concederam *waiver* em 28 de dezembro de 2012, portanto as parcelas de longo prazo permaneceram inalteradas.

15. Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Imposto circulação de mercadorias e serviços - ICMS	6.814	4.326	6.902	4.365
Imposto sobre produtos industrializados - IPI	2.173	2.160	2.173	2.160
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	2.974	2.418	2.981	2.472
Programa de integração social - PIS	-	1.625	-	1.625
Contrib. para financ. da seguridade social - COFINS	-	7.487	-	7.487
Imposto sobre serviços - ISS	1.026	798	1.031	816
PIS, COFINS, IR e CS retidos sobre serviços	787	436	798	465
Outros	30	27	30	27
	13.804	19.277	13.915	19.417
Passivo circulante	12.402	19.277	12.513	19.417
Passivo não-circulante	1.402	-	1.402	-

Considerações gerais

O sistema tributário brasileiro é de auto-lançamento, portanto, as declarações de renda arquivadas permanecem abertas para revisão pelas autoridades fiscais por um período de cinco anos, contados da data de arquivamento.

16. Provisão para demandas judiciais

16.1) Riscos provisionados

Com base na análise individual dos processos administrativos e judiciais relacionados a questões fiscais, trabalhistas e cíveis, movidos contra a Companhia e suas controladas, foram constituídas provisões no passivo, para riscos com perdas consideradas prováveis, na avaliação de nossos assessores jurídicos, em valor julgado suficiente pela Administração, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Tributária	7.256	44	7.256	44
Previdenciárias e trabalhistas	111.175	19.547	111.175	21.552
Cíveis	14.633	11.888	14.633	11.939
	133.064	31.479	133.064	33.535

Houve aumento das provisões, em razão da posição atualizada dos processos judiciais, que levou a Companhia a rever o montante das contingências, devidamente suportadas por cálculos de contadores e opinião sobre probabilidade de perda de assessores jurídicos com base na materialização dos casos, o atual estágio dos processos, decisões proferidas, e no entendimento jurisprudencial atual.

A provisão para ações cíveis consiste, principalmente, em ações indenizatórias e relacionadas a discussões sobre divergências contratuais.

No caso de contingências tributárias, tratam-se de processos administrativos em trâmite perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, cujo objeto reside na cobrança de Imposto de Importação (II) e Imposto sobre Produto Industrializado (IPI) ou recolhimento do Programa de Integração Social (PIS) e sobre a cobrança de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), em decorrência de inobservância de obrigação acessória.

A movimentação da provisão está demonstrada conforme a seguir:

Controladora				
	Tributária	Previdenciárias e trabalhistas	Cíveis	Total
Em 31 de dezembro de 2011	44	19.547	11.888	31.479
Provisão	7.258	96.091	30.016	133.365
Reversão	(46)	-	(2.051)	(2.097)
Baixas	-	(4.463)	(25.220)	(29.683)
Em 31 de dezembro de 2012	7.256	111.175	14.633	133.064

Consolidado				
	Tributária	Previdenciárias e trabalhistas	Cíveis	Total
Em 31 de dezembro de 2011	44	21.552	11.939	33.535
Provisão	7.258	94.086	32.021	133.365
Reversão	(46)	-	(2.051)	(2.097)
Baixas	-	(4.463)	(27.276)	(31.739)
Em 31 de dezembro de 2012	7.256	111.175	14.633	133.064

16.2) Riscos avaliados como possíveis

Além dos processos acima mencionados, existem outros em andamento para os quais, com base na opinião dos assessores jurídicos e em consonância com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, não foram registradas provisões para demandas judiciais.

O aumento significativo dos processos possíveis na posição da controladora, corresponde à assunção de contingências com perspectivas de perda possível, cujo risco pertencia à Cibrafétil.

Os processos cujo risco é avaliado como **possível** estão sumariados a seguir. Os de maior relevância estão comentados nos itens de “a” a “f”:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Trabalhistas	83.636	81.495	83.636	83.390
Tributárias	1.114.960	1.070.879	1.172.018	1.096.121
Cíveis	224.047	251.582	224.047	357.254
Outras	49.830	20.060	49.830	21.746
	1.472.473	1.424.016	1.529.531	1.558.511

a) Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL

Por decisão judicial transitada em julgado, em 1992, a Companhia Caraíba Metais S.A., incorporada pela Paranapanema S.A. em 13 de novembro de 2009, obteve o direito de não recolher a Contribuição Social sobre o Lucro instituída pela Lei nº 7.689/88.

A decisão favorável à Caraíba Metais S.A., Companhia que deixou de existir, foi questionada pela Fazenda Nacional, através de ação rescisória proposta em 1994, cujo objeto é o consequente restabelecimento da sujeição da Caraíba Metais S. A., ao recolhimento da contribuição. A referida ação rescisória foi julgada procedente à União com o acolhimento do pedido e transitou em julgado em 2010.

A Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, acredita que a decisão que desconstituiu o direito da Companhia em não recolher a CSLL não pode retroagir seus efeitos desde o ano do surgimento da Lei, motivo pelo qual a Companhia incorporada não

registra provisão para esta contribuição a partir do ano-base de 1992. Nos períodos anteriores a esta data, a Companhia não apurou base de cálculo positiva de Contribuição Social sobre o Lucro – CSLL.

Sobre o assunto, a Secretaria da Receita Federal do Brasil lavrou cinco autos de infração, sendo que três deles já são alvos de Execuções Fiscais, devidamente garantidas, através de apólice de garantia judicial. Estas foram aceitas pelo juiz responsável pela causa relativa aos anos-calendários de 1994 a 2008. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia estima os valores envolvidos, não provisionados, em R\$ 418.814 (R\$ 361.613 em 31 de dezembro de 2011). Cumpre informar que está englobado nos valores envolvidos sobre a matéria em referência o valor atualizado de R\$ 48.443, correspondente à Execução Fiscal classificada com grau de probabilidade remoto em virtude da identidade do tema.

b) Imposto de Importação, PIS e COFINS - Drawback

A Secretaria da Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração com o objetivo de exigir da Companhia incorporada Caraíba Metais S.A. os débitos de Imposto de Importação (II), PIS e COFINS sobre operações de importações realizadas mediante regime especial de Drawback (Drawback-isenção no período de 2004, 2005 e 2006) sob o argumento de que estaria sendo duplamente beneficiada pelo referido regime em virtude do fato de não ter havido pagamento de tributos nas operações anteriores. O valor envolvido, em 31 de dezembro de 2012, monta aproximadamente R\$ 465.773 (R\$ 338.349 em 31 de dezembro de 2011), o qual não se encontra provisionado, uma vez que os assessores jurídicos da Companhia entendem que a probabilidade de perda dessa ação é possível, tendo em vista a natureza da demanda e a inexistência de precedente jurisprudencial sobre a matéria.

c) Mineração Taboca S.A.

A Mineração Taboca S.A. iniciou procedimento arbitral em face da Paranapanema S.A., conforme as regras do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CCBC), procedimento nº 36/2010, com tramitação sob sigilo. A arbitragem tinha como propósito a declaração e cobrança de valores de ajuste de preço e impostos (entre outros pedidos), derivados do Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Participações e outras Avenças. Em 08 de maio de 2012, o Tribunal Arbitral, protocolou na Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CCBC) Sentença Arbitral Homologatória de acordo entre as partes, em que a Paranapanema se comprometeu a pagar à Taboca o valor de R\$ 20.000, dividido em 7 parcelas de R\$ 2.857, quitado em novembro de 2012.

d) Multa isolada IPI e IRPJ

Trata-se de auto de infração (Processo nº 13502.000085/2009-63) visando à cobrança de multa isolada por suposta compensação indevida de IPI e IRPJ, efetuada pela Companhia.

Em 24 de agosto de 2010, a Companhia obteve êxito parcial no julgamento do Recurso Voluntário apresentado, tendo sido reconhecida, por unanimidade, a inexistência de fundamento legal para imposição de multa isolada lançada até a edição da Lei nº 11.196/2005.

Em valores históricos, a autuação foi reduzida de R\$ 78.029 para R\$ 43.215. A Companhia estima o valor em decorrência do êxito parcial nos autos, devidamente atualizados, em R\$ 62.146 (R\$ 78.810 em 31 de dezembro de 2011 – informado valor envolvido sem redução).

e) PIS e COFINS Não cumulativo

Auto de Infração (Processo nº 13502.001320/2009-14) lavrado por suposta falta de recolhimento das obrigações tributárias relativas a PIS e COFINS não cumulativo.

Originou-se da não homologação do pleito de compensação de créditos de PIS/COFINS originados da aquisição de insumos.

A Companhia apresentou, em 21 de janeiro de 2010, impugnação ao referido auto de infração, que ainda aguarda julgamento.

A Companhia estima os valores envolvidos com a redução da decisão proferida pela Delegacia da Receita Federal, não provisionados, atualizados em 31 de dezembro de 2012, no montante de R\$ 32.220, em decorrência do reajustamento do critério de atualização, conforme previsão legal (R\$ 65.748 em 31 de dezembro de 2011).

f) Massa Falida do Banco Santos.

Trata-se de Execução nº 583.00.2007.236736-9, movida pela Massa Falida do Banco Santos em face da Eluma S.A. Indústria e Comércio, incorporada pela Paranapanema S.A., na qual o Banco Santos executa dois contratos de cessão de crédito de exportação.

Em 30 de abril de 2008 foi proferido despacho deferindo penhora online dos ativos financeiros da Eluma até o limite de R\$ 84.849 e a expedição de ofício à Delegacia da Polícia Federal, a fim de que fossem fornecidas as declarações da Eluma, de anos-base 2004, 2005 e 2006. A Eluma apresentou petição informando sobre o efeito suspensivo concedido nos autos dos embargos à execução e requerendo a reconsideração da decisão. Em 11 de fevereiro de 2011 foi proferida sentença que julgou parcialmente procedente os Embargos à Execução, com a consequente extinção da Execução diante da inexigibilidade dos títulos, além da quitação do débito, indeferido o pedido de condenação da exequente ao pagamento em dobro do valor executado indevidamente.

Declarada a sucumbência recíproca, a sentença determinou a cada parte que arque com as custas já despendidas e com os honorários dos seus advogados. A Massa Falida do Banco Santos apresentou recurso de Apelação. O Juiz recebeu a Apelação nos efeitos suspensivos e devolutivos, bem como determinou vista à Paranapanema para apresentação de contrarrazões.

Após apresentação de contrarrazões, os autos foram remetidos ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo para julgamento do Recurso de Apelação interposto pelo Banco Santos e da Apelação Adesiva interposta pela Eluma.

Em 31 de dezembro de 2011 o valor da causa atualizado era de R\$ 107.986.

O Tribunal negou provimento aos recursos de apelação interpostos por ambas as partes, e o acórdão foi publicado em 05 de setembro de 2012.

Transitado o acórdão, a ação se encerra e a Paranapanema comprova que não era devido tal valor.

16.2.1) Outros riscos não provisionados relevantes

a) Contrato UBS Pactual S.A. e Santander S.A.

Consoante já divulgado nas notas explicativas das informações contábeis intermediárias de 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012, a Paranapanema S.A. celebrou, em 22 de agosto de 2008, com os bancos acionistas UBS Pactual S.A. e Santander S.A., contratos que têm como ativo subjacente o preço da ação da Paranapanema S.A. e que são objeto de procedimento arbitral, em tramitação sob sigilo. Segundo os pareceres de diversos renomados juristas, os referidos contratos não geram obrigações para a Companhia porque configuram restituição do capital subscrito e integralizado por esses dois bancos acionistas quando do aumento de capital privado, homologado em Reunião de Conselho de Administração de 20 de agosto de 2008 dentro do limite do capital autorizado. Essa restituição de capital, segundo os pareceres jurídicos, é indevida, pois esses contratos infringem o princípio da intangibilidade

do capital social, art. 6º da Lei nº 6.404/76. Os Bancos BTG Pactual e Santander alienaram, em leilão especial da BM&FBOVESPA de 12 de novembro de 2009, praticamente a totalidade das ações remanescentes que tinham subscrito do capital da Paranapanema S.A., por preço unitário de cerca de 54% superior ao preço de integralização das ações.

O Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá proferiu sentença arbitral (divulgada no dia 30 de outubro de 2012) admitindo a sua competência/jurisdição para decidir a controvérsia (que era questionada pela Paranapanema, tendo em vista que os contratos em questão elegeram o Judiciário, e impugnando a constituição irregular do Tribunal Arbitral, porquanto a Companhia foi impedida de eleger árbitro da sua confiança), bem como reconhecendo a total validade desses contratos, responsabilizando a Paranapanema ao pagamento das seguintes importâncias: R\$ (i) R\$157.198 (corrigido pelo IGM-P e acrescido de juros de 1% ao mês desde 01 de julho de 2011); (ii) R\$116.027 (corrigido pelo IGP-M e acrescido de juros de 1% ao mês desde 01 de outubro de 2010; (iii) R\$17.112 (corrigido pelo IGP-M e acrescido de juros de 1% ao mês desde 06 de fevereiro de 2009); e (iv) R\$1.500 a título de honorários advocatícios”. Com fundamento no art. 30 da Lei de Arbitragem, a Paranapanema apresentou, em 05 de novembro de 2012, pedido de esclarecimento sobre questões não decididas pelo Tribunal Arbitral, o que levou à suspensão da sentença. O Tribunal Arbitral rejeitou o pedido da Paranapanema, e ao decidir o pedido do BTG contra a sentença que resolveu a arbitragem, reconheceu que o BTG, embora figurasse no polo passivo, se sagrou vitorioso no mérito e condenou a Paranapanema ao pagamento de honorários aos advogados do aludido banco, distribuindo a “verba honorária fixada em R\$ 1.500 na proporção de 75% para os patronos de Santander e de 25% para os patronos de BTG Pactual, tornando a decisão definitiva. Em face da sentença arbitral, a Paranapanema buscou o Judiciário para anular a arbitragem e suspender os efeitos da mesma. Em 10 de janeiro de 2013, a Paranapanema conseguiu decisão judicial, suspendendo os efeitos da sentença arbitral, até o julgamento do mérito da ação anulatória.

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2012 é representado por 319.176.942 ações escriturais, sendo todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

A composição acionária do capital da Companhia é como segue:

	2012		2011	
	%	Ordinárias	%	Ordinárias
Caixa de Previdência dos Funcs. do Banco do Brasil – PREVI	23,96%	76.468.727	23,96%	76.468.721
Caixa Economica Federal	17,23%	54.990.591	-	-
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR		-	17,23%	54.986.177
Fundação Petrobrás de Seguridade Social - PETROS	12,14%	38.739.605	11,81%	37.702.020
EWZ INVESTMENTS LLC Socopa Soc. Corr Paulista S.A	8,42%	26.862.052	8,42%	26.862.052
Ações em tesouraria	0,01%	24.505	0,01%	24.505
Mercado	38,25%	122.091.462	38,58%	123.133.467
Quantidade de Ações		319.176.942		319.176.942

b) Capital social autorizado

A Administração da Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social independentemente de decisão de assembleia, mediante simples deliberação do Conselho de Administração, no limite de até R\$2.500.000, cabendo também ao Conselho de

Administração a fixação das condições de emissão e colocação dos títulos emitidos, entre as hipóteses permitidas por lei.

c) Direitos das ações

Na ocorrência de alienação a título oneroso de bloco de ações que assegure a um acionista ou a um Grupo de Acionistas o Poder de Controle da Sociedade, direta ou indiretamente, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, esta deverá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o Acionista Adquirente do Poder de Controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações ordinárias dos demais acionistas da Sociedade pelo mesmo valor por ação da Sociedade pelo qual as ações ordinárias do bloco de controle tenham sido alienadas (i.e., tag along de 100%), de forma a assegurar aos acionistas ordinários da Sociedade tratamento justo e igualitário àquele dado ao alienante, e observando-se, no mais, os procedimentos estabelecidos pela BM&FBOVESPA e pela CVM.

Aos titulares de ações serão atribuídos, em cada exercício, dividendos mínimos de 25% do lucro líquido, calculados nos termos da legislação societária brasileira, devendo ser pagos no prazo máximo de 60 dias da data em que forem declarados pela Assembleia Geral. Direito de voto a todas as ações que compõem o capital social, o qual se encontra totalmente subscrito e integralizado.

d) Reserva legal

A legislação societária brasileira exige que as sociedades anônimas apropriem 5% do lucro líquido anual para reserva de lucros, antes dos lucros serem distribuídos, limitando essa reserva a 20% do valor do capital social.

e) Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia mantinha 24.505 ações em tesouraria, sendo todas ações ordinárias (24.505 em 31 de dezembro de 2011). O valor de mercado da totalidade das ações em tesouraria, calculado com base na última cotação em bolsa em 28 de dezembro de 2012, é de R\$122 (R\$72 em 31 de dezembro de 2011).

f) Reserva de incentivos fiscais

Constituída mediante destinação de parcela do resultado do exercício equivalente aos incentivos fiscais, decorrentes de subvenções governamentais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações. Essa reserva não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá reserva de capital da empresa, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social (§ 3º do artigo 19 do Decreto-Lei nº 1.598/1977). O valor de R\$20.681, registrado em 2012, refere-se ao incentivo fiscal apurado na DIPJ no exercício de 2012.

g) Ajuste de avaliação patrimonial

A reserva para ajustes de avaliação patrimonial inclui:

- Parcela efetiva da variação líquida cumulativa do valor justo dos instrumentos de hedge utilizados em fluxo de caixa de hedge na pendência do reconhecimento posterior dos fluxos de caixa que foram hedge (veja nota explicativa nº24)

- Ajustes acumulados de conversão incluem todas as diferenças de moeda estrangeira decorrentes da conversão das demonstrações financeiras das empresas controladas com operações no Exterior.

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação dos ativos a que eles se referem.

h) Valor de mercado das ações da Companhia.

O valor de mercado das ações da Companhia, de acordo com a última cotação média das ações negociadas na BM&FBOVESPA, correspondia em 31 de dezembro de 2012 a R\$1.583.118 (R\$954.339 em 31 de dezembro de 2011). A Companhia apresenta em 31 de dezembro de 2012 um patrimônio líquido de R\$ 1.462.744 (R\$ 1.661.744 em 31 de dezembro de 2011), sendo o valor patrimonial das ações de R\$ 4,58 (R\$ 5,21 em 31 de dezembro de 2011).

i) Lucro por ação

O cálculo básico do lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais dilutivas em ações ordinárias.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações ordinárias, utilizados no cálculo do lucro básico por ação:

	2012	2011
Prejuízo atribuível a detentores de ações ordinárias da controladora - prejuízo básico por ação	(206.476)	(47.699)
Media ponderada da quantidade de ações para o prejuízo básico e diluído por ação	319.152.437	319.152.437
Prejuízo básico e diluído por ação	(0,64695)	(0,14946)

*A média ponderada da quantidade de ações considera o efeito da média ponderada das mudanças nas ações, exceto em tesouraria, durante o período.

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

18. Outras receitas (despesas) operacionais

Notas	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Vendas diversas	1.935	1.972	1.961	2.068
Vendas de ativo imobilizado	400	-	400	-
Venda de Investimentos - Cibrafertil	19.846	-	19.846	-
Reversão de provisão para demandas judiciais	2.097	8.305	4.035	8.312
Reversão de outras provisões p/ perdas	3.518	1.486	5.091	1.486
Reversão de provisão material obsoleto	13.824	-	13.824	-
Reversão de Provisão PL negativo de controlada	2.202	-	-	-
Recuperações diversas	2.685	-	2.685	-
Recuperações de impostos	1	1.901	121	1.901
Locação de imóveis e equiptos.	719	-	719	-
Outras receitas operacionais	1.507	3.405	1.707	4.823
	<u>48.734</u>	<u>17.069</u>	<u>50.389</u>	<u>18.590</u>
PIS e COFINS sobre outras receitas	(358)	(528)	(360)	(532)
Ociosidade	(57.412)	(10.053)	(62.073)	(16.750)
Custo ativo imobilizado baixado	(6.676)	(1.811)	(6.676)	(1.975)
Custo da venda de investimento - Cibrafertil	(47.780)	-	(47.780)	-
Custo da venda de investimento Min. Taboca	(14.454)	-	(14.454)	-
Custo das vendas diversas	(94)	(1.168)	(94)	(1.169)
Indenizações trabalhistas	(4.925)	(8.068)	(4.925)	(8.068)
Provisão para demandas judiciais	(133.365)	(9.520)	(133.365)	(9.840)
Provisão para perda material obsoleto	(17.139)	(1.600)	(17.139)	(1.600)
PL negativo de controlada	(9.739)	-	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.933)	(2.043)	(11.507)	(2.043)
Outras provisões p/ perdas	(23.566)	(388)	(25.323)	(425)
Provisão perda créditos Impostos a restituir	(4.196)	-	(4.196)	-
Multas por auto de infração	(753)	-	(855)	-
Contribuições e doações	(830)	-	(865)	-
Programas culturais	(130)	-	(135)	-
Outras despesas operacionais	(3.335)	(3.083)	(3.365)	(4.941)
	<u>(330.685)</u>	<u>(38.262)</u>	<u>(333.112)</u>	<u>(47.343)</u>
Total de outras despesas operacionais, líquidas	(281.951)	(21.193)	(282.723)	(28.753)

19. Imposto de renda e contribuição social diferidos

19.1. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Créditos sobre prejuízos fiscais	101.985	49.291	109.092	50.824
Ajuste de avaliação patrimonial	(92.149)	(97.259)	(92.149)	(103.963)
Créditos sobre diferenças temporárias:				
- Créditos sobre provisões	73.954	66.788	76.998	71.497
	<u>83.790</u>	<u>18.820</u>	<u>93.941</u>	<u>18.358</u>
Ativo não-circulante	83.790	18.820	93.941	20.989
Passivo não-circulante	-	-	-	(2.631)

A Companhia possui prejuízos fiscais gerados no Brasil, no valor de R\$ 407.942 (R\$ 197.164 em 31 de dezembro de 2011) passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros, sem prazo para prescrição.

Composição dos saldos de impostos de renda diferidos por empresa em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011:

	Paranapanema S/A	Cibrafétil - Companhia Brasileira de Fertilizantes	CDPC - Centro de Distrib. de Produtos de Cobre Ltda.	Total
Créditos sobre prejuízos fiscais	101.985	-	7.107	109.092
Ajuste de avaliação patrimonial	(92.149)	-	-	(92.149)
Créditos sobre diferenças temporárias:				
- Créditos sobre provisões	73.954	-	3.044	76.998
Total em 31 de dezembro de 2012	<u>83.790</u>	<u>-</u>	<u>10.151</u>	<u>93.941</u>
Total em 31 de dezembro de 2011	18.820	(2.631)	2.169	18.358

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possui registrados na rubrica "Imposto de renda diferido", valores apurados sobre despesas não dedutíveis temporariamente na apuração do lucro tributável para fins de imposto de renda, os quais estão disponíveis para futuras compensações com o referido imposto.

A realização do imposto de renda diferido sobre ajuste de avaliação patrimonial se dá na proporção da realização da reserva.

Os tributos diferidos gerados por estas diferenças temporárias são assim demonstrados:

	Consolidado	
Decorrentes de diferenças temporárias	2012	2011
Variações cambiais líquidas	38.144	174.747
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	35.772	27.732
Provisão p/redução valor recuperável dos estoques	(1.565)	3.082
Provisões para perda	49.333	31.568
Provisões instrumentos financeiros e outros	(9.209)	(33.362)
Provisão para demandas judiciais	133.064	33.485
Provisões diversas	42.147	21.163
Participação de administradores e outros	14.265	13.970
Provisão ajuste valor presente	2.819	8.613
Total Provisão	304.770	280.998
Base Controladora	295.816	267.150
Alíquota IR	25%	25%
IR s/ diferenças temporárias	73.954	66.788
Base Coligadas	8.954	13.849
Alíquota IR / CSL	34%	34%
IR/CSL s/ diferenças temporárias	3.044	4.709
IR/CSL s/ diferenças temporárias	76.998	71.497

A Paranapanema S.A. e a controlada Centro de Distribuição de Produtos de Cobre Ltda., fundamentadas nas expectativas de gerações de lucros tributáveis futuros, determinadas em estudos técnicos realizados no final de 2012 e aprovados pela Administração, reconheceram créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de imposto de renda e diferenças temporárias, que não têm prazo prescricional. O valor contábil do ativo diferido é revisado anualmente pela Companhia.

Com base nesse estudo técnico de geração de lucros tributáveis futuros, a Paranapanema S.A. estima recuperar esses créditos tributários nos seguintes exercícios:

Anos	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
2012	-	8.630	-	8.630
2013	12.375	7.200	12.375	7.560
2014	16.650	3.980	16.650	4.340
2015	22.575	9.700	22.575	9.700
2016 a 2022	124.339	86.569	134.490	92.091
	175.939	116.079	186.090	122.321

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios. Consequentemente, essas estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

A controladora Paranapanema S.A. tem isenção de 75% do imposto de renda e dos adicionais não restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração decorrente da produção de cobre e seus subprodutos até o período-base de 2020.

Os benefícios de imposto de renda da controladora Paranapanema S.A. estão condicionados à constituição de reserva de capital pelo montante equivalente ao imposto não recolhido. As reservas de incentivos fiscais constituídas somente poderão ser utilizadas para aumentar o capital ou absorver prejuízos.

19.2. Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada na demonstração do resultado está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Prejuízo antes do imposto de renda	(265.411)	(78.593)	(280.550)	(90.382)
Aliquota fiscal nominal combinada	25%	25%	25% e 34%	25% e 34%
Imposto de renda sobre lucro (prejuízo)	66.353	19.648	79.754	22.968
Adições permanentes	(4.997)	(3.792)	(5.054)	(3.816)
Realização de reserva de reavaliação (depreciação/baixa)	(3.395)	(2.044)	(3.527)	(2.266)
Provisões dedutíveis	(35.304)	7.671	(36.152)	7.091
Variação cambial líquida (regime caixa)	32.218	(56.586)	30.324	(58.326)
Ajustes da Lei 11.638/07	(2.196)	(18.544)	(2.353)	(18.278)
Patrimônio líquido negativo	(99)	-	(1.884)	-
Compensação de prejuízos fiscais de anos anteriores	-	15.302	7	15.302
Isenção de lucro da exploração	-	20.169	-	20.169
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	61.575	51.619	69.122	55.341
Imposto de renda diferido sobre reserva de reavaliação	3.395	2.044	3.527	2.266
Complemento (reversão) imposto de renda exercício anterior	1.106	1.145	1.117	4.789
Imposto de renda diferido sobre diferenças temporárias	(52.580)	1.913	(60.819)	(2.569)
Imposto de renda corrente	66.076	38.545	74.062	42.671
Imposto de renda do exercício corrente	-	(15.118)	(19)	(14.936)
Imposto de renda diferido	61.575	51.619	67.383	54.342
Contribuição social diferida	-	-	2.065	999
Imposto de renda diferido sobre reserva de reavaliação	3.395	2.044	3.492	2.221
Contribuição social diferido sobre reserva de reavaliação	-	-	35	45
Impostos Diferidos	64.970	38.545	72.956	42.671
Complemento (reversão) imposto de renda exercício anterior	1.106	-	1.106	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	66.076	38.545	74.062	42.671
Taxa efetiva total	-24,90%	-49,04%	-26,40%	-47,21%
Taxa efetiva corrente	0,00%	19,24%	0,01%	16,53%

20. Receitas (despesas) financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Despesa de juros	(43.686)	(31.355)	(60.542)	(42.529)
Variação cambial passiva	(377.006)	(361.099)	(384.171)	(368.891)
Variação monetária passiva	(4.001)	(823)	(5.766)	(825)
Despesas bancárias / IOF	(11.057)	(8.365)	(11.266)	(8.589)
Ajuste a valor presente	(14.910)	(23.743)	(43.336)	(50.812)
Instrumentos financeiros derivativos	(212.617)	(379.217)	(212.922)	(379.397)
Hedge de valor justo de estoque	(110.586)	(138.671)	(110.586)	(138.671)
Outras despesas financeiras	(13.028)	(3.736)	(13.044)	(3.834)
Total das despesas financeiras	(786.891)	(947.009)	(841.633)	(993.548)
Receita de juros	59.495	64.504	62.887	66.026
Variação cambial ativa	237.961	216.092	240.486	219.078
Variação monetária ativa	6.297	7.709	6.297	7.709
Ajuste a valor presente	53.035	56.184	87.077	84.809
Instrumentos financeiros derivativos	257.151	451.126	257.151	451.630
Hedge de valor justo de estoque	114.996	117.171	114.996	117.171
Outras receitas financeiras	1.844	1.492	2.021	3.347
Total das receitas financeiras	730.779	914.278	770.915	949.770
Total resultado financeiro	(56.112)	(32.731)	(70.718)	(43.778)

21. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Custo do Metal	(4.018.197)	(4.054.859)	(3.361.461)	(3.431.579)
Depreciação e amortização	(70.847)	(91.708)	(72.299)	(93.200)
Despesas com funcionários	(231.189)	(265.259)	(234.949)	(268.795)
Seguros	(4.705)	(4.308)	(4.786)	(4.441)
Impostos e taxas	(4.394)	(4.643)	(4.594)	(4.891)
Energia Eletr/Água/Gas/Comb. e Lubrif	(110.094)	(123.181)	(116.124)	(129.388)
Despesas de viagem	(2.737)	(3.193)	(3.025)	(3.585)
Materiais diversos de manutenção	(60.219)	(70.287)	(65.091)	(75.046)
Serviços prestados por terceiros e outros	(35.342)	(37.362)	(38.287)	(42.135)
Outros	(11.023)	(35.182)	(16.128)	(42.365)
	(4.548.747)	(4.689.982)	(3.916.744)	(4.095.425)
Custo dos produtos vendidos	(4.477.579)	(4.606.044)	(3.841.525)	(4.005.106)
Despesas com vendas	(31.576)	(36.256)	(34.129)	(39.051)
Despesas gerais e administrativas	(39.592)	(47.682)	(41.090)	(51.268)
	(4.548.747)	(4.689.982)	(3.916.744)	(4.095.425)

22. Segmentos operacionais

a) Informações por segmento de negócio

Com a alienação da controlada Cibrafertil Companhia Brasileira de Fertilizantes a partir de 01 de outubro de 2012, a Companhia passou a atuar somente no segmento de cobre.

O segmento de cobre compreende a produção e comercialização de cobre eletrolítico, seus subprodutos e serviços correlatos, bem como semielaborados de cobre e suas ligas.

Os principais produtos que compõem este segmento são: Vergalhão, Cátodo, Fio Trefilado, Tubos e Conexões, Laminados, Arames, Barras e Perfis, Cabos Flexíveis, Ácido Sulfúrico, Escória Granulada e Oleum.

O segmento de fertilizantes que compreende a produção e comercialização de Superfosfato Simples para indústria de fertilizantes, bem como o Superfosfato Simples Amonizado e o Superfosfato Simples com Micronutrientes, faz parte da controlada Cibrafertil Companhia Brasileira de Fertilizantes, alienada em 30 de setembro de 2012.

A seguir, as informações selecionadas de resultado e de ativos por segmento, que foram mensuradas de acordo com as mesmas práticas contábeis utilizadas na preparação das informações consolidadas:

	2012			
	Cobre	Fertilizantes	Ajustes e eliminações	Consolidado
Balanco patrimonial:				
Imobilizado	1.387.940	-	-	1.387.940
Intangível	5.177	-	-	5.177
Empréstimos e financiamentos, líquido de disponibilidades e valores equivalentes	(609.666)	-	-	(609.666)
Outros ativos e passivos, líquidos	678.279	-	-	678.279
Ativo total (líquido de passivos) alocado por segmento	1.461.730	-	-	1.461.730
Resultado do período				
	2012			
Receita operacional líquida	3.942.983	94.621	(11.830)	4.025.774
Custo dos produtos vendidos	(3.762.432)	(90.923)	11.830	(3.841.525)
Lucro bruto	180.551	3.698	-	184.249
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(108.900)	(2.458)	-	(111.358)
Despesas financeiras líquidas	(65.047)	(5.671)	-	(70.718)
Outras despesas operacionais, líquidas	(279.963)	(2.758)	10	(282.711)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(273.359)	(7.189)	10	(280.538)

2011				
	Cobre	Fertilizantes	Ajustes e eliminações	Consolidado
Balço patrimonial:				
Imobilizado	1.093.195	40.571	-	1.133.766
Intangível	3.703	22	-	3.725
Empréstimos e financiamentos, líquido de disponibilidades e valores equivalentes	(560.098)	(33.179)	-	(593.277)
Outros ativos e passivos, líquidos	1.117.673	(131)	-	1.117.542
Ativo total (líquido de passivos) alocado por segmento	1.654.473	7.283	-	1.661.756
Resultado do período				
	2011			
Receita operacional líquida	4.015.912	99.243	(16.799)	4.098.356
Custo dos produtos vendidos	(3.929.603)	(92.302)	16.799	(4.005.106)
Lucro bruto	86.309	6.941	-	93.250
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(107.654)	(3.447)	-	(111.101)
Despesas financeiras líquidas	(37.012)	(6.766)	-	(43.778)
Outras despesas operacionais, líquidas	(22.091)	(6.662)	-	(28.753)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(80.448)	(9.934)	-	(90.382)

b) Abertura das receitas líquidas de vendas por mercado

2012				
	Cobre	Fertilizantes	Ajustes e eliminações	Consolidado
Mercado interno	2.786.076	94.621	-	2.880.697
Mercado externo	1.145.077	-	-	1.145.077
Intersegmento	11.830	-	(11.830)	-
Total receita líquida	3.942.983	94.621	(11.830)	4.025.774
	2011			
	Cobre	Fertilizantes	Ajustes e eliminações	Consolidado
Mercado interno	2.276.178	99.243	-	2.375.421
Mercado externo	1.722.935	-	-	1.722.935
Intersegmento	16.799	-	(16.799)	-
Total receita líquida	4.015.912	99.243	(16.799)	4.098.356

Preços de transferência entre segmentos operacionais são determinados com isenção de interesses, de forma semelhante às transações realizadas com terceiros. A Companhia adota as seguintes bases de contabilização para quaisquer transações entre os segmentos:

- Receitas Inter segmentos são eliminadas por ocasião da consolidação;
- As informações acerca do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social não foram divulgadas nas informações por segmento em razão da não utilização da Administração da Companhia dos referidos dados de forma segmentada, pois estes são gerenciados e analisados de forma consolidada em sua operação.

23. Receita Líquida

a) Abertura da receita líquida

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Receita bruta de vendas	5.553.034	5.592.400	4.731.960	4.815.644
Mercado interno	4.407.957	3.869.465	3.586.883	3.092.709
Mercado externo	1.145.077	1.722.935	1.145.077	1.722.935
Impostos e Deduções de Vendas	(884.707)	(902.905)	(706.186)	(717.288)
Imposto sobre produtos industrializados – IPI	(29.402)	(33.967)	(29.402)	(31.714)
Demais impostos e deduções sobre vendas	(855.305)	(868.938)	(676.784)	(685.574)
Receita líquida de vendas	4.668.327	4.689.495	4.025.774	4.098.356

b) Informações geográficas – receitas de clientes no Exterior

	2012	2011
Suíça	346.103	904.659
Argentina	309.229	268.759
Estados Unidos	111.357	77.718
Costa Rica	99.728	52.777
Alemanha	91.638	150.790
Colômbia	27.820	28.894
Israel	26.083	29.192
Uruguai	19.967	16.624
Bolívia	15.809	16.924
Bélgica	12.625	11.229
Japão	11.566	50.941
Canadá	8.297	1.800
Paraguai	5.851	2.602
Grã-Bretanha	5.087	16.107
Outros	53.917	93.919
	1.145.077	1.722.935

24. Instrumentos financeiros

1) Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia reconhece que certos riscos financeiros como variação do preço de commodities, taxa de câmbio e taxas de juros são inerentes ao seu negócio. Entretanto, a filosofia geral da Companhia é evitar riscos desnecessários e limitar, dentro do possível, quaisquer riscos associados às atividades do negócio.

O propósito da política da Companhia é garantir que as exposições do negócio ao risco que tenham sido identificadas, medidas e que sejam passíveis de ser controladas, sejam minimizadas, usando os métodos mais efetivos e eficientes para eliminar, reduzir ou transferir tais exposições.

O Conselho de Administração conta com o Comitê de Finanças, Riscos e Contingências para assistir ao estabelecimento de políticas de gestão de risco e para supervisionar a gestão de risco e uso de derivativos pela Companhia.

O Comitê de Finanças, Riscos e Contingências é responsável em garantir que os procedimentos apropriados estejam em vigor para que todas as exposições ao risco incorridas pela Companhia estejam identificadas e avaliadas. Além disso, o Comitê deve monitorar para que estas exposições estejam dentro dos limites estabelecidos. Os riscos de negócio identificados incluem:

- Risco de taxas de juros inerente às dívidas da Companhia.
- Risco cambial e risco de preços de commodities decorrentes das matérias primas e produtos vendidos, transações projetadas e compromissos firmes.
- Risco cambial decorrente de ativos e passivos como: aplicações no Exterior e empréstimos, estoques vinculados à commodities cujos preços são denominados em moeda estrangeira, entre outros.

A política de Gestão de Riscos permite que a Companhia utilize instrumentos financeiros derivativos aprovados com o objetivo de minimizar a exposição a riscos de mercado: Câmbio, Commodities e Taxas de Juros.

A utilização de derivativos deve ser consistente com o negócio e os objetivos de gestão de risco da Companhia. Derivativos podem ser utilizados para gerir o risco do negócio dentro de limites especificados por esta política e gerenciar as exposições que tenham sido identificadas através do processo de identificação e medição de risco, desde que se qualifique claramente como "hedge", tal como definido na presente política. A utilização de derivativos não é automática, nem é necessariamente a única resposta para a gestão de risco do negócio. A utilização é permitida somente após verificar que os riscos identificados possam ultrapassar determinados níveis de tolerância estabelecidos por esta política e que sejam considerados inevitáveis.

A Companhia realiza as transações com instrumentos derivativos dentro do conceito de hedge accounting, conforme definido pela Deliberação CVM nº 604 (CPC 38). Nem todas as operações com derivativos são destinadas para hedge accounting.

Os programas de hedge accounting atualmente aprovados pela Companhia são:

Risco Cambial	Risco de Commodities	Risco de Taxas de Juros
Valor Justo de Estoques com Derivativos	Valor Justo de Estoques de Cobre com Derivativos (incluindo embutidos)	Fluxo de Caixa de Empréstimos Flutuantes para Fixo com Derivativos
Valor Justo de Compromissos Firmes com Empréstimos (item 49, CPC 38) e/ou Derivativos	Valor Justo de Compromissos Firmes (produtos de cobre a preço fixo) com Derivativos	

A presente política foi aprovada em reunião do Conselho de Administração em 11 de agosto de 2009.

A Companhia realiza desde Julho deste ano o conceito de hedge accounting para o hedge de fluxo de caixa da variação cambial das receitas em dólares. Este programa foi aprovado pelo Comitê de Finanças, Riscos e Contingências em 28 de maio de 2012.

2) Metodologias de valor justo

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados a valor justo e devidamente reconhecidos contabilmente em contas patrimoniais. A metodologia de avaliação a valor justo envolve parâmetros verificáveis, extraídos dos mercados futuros da BM&F (USD Spot,

Cupom Cambial e Pré), LME(cobre) e LBMA (ouro e prata), CME/swap market (Libor) e Reuters.

3) Derivativos embutidos

Cláusulas de ajustes de preço em contratos não-canceláveis que são baseadas em preços de mercado para uma data subsequente à data de embarque ou entrega são consideradas derivativos embutidos que requerem segregação de acordo com o CPC 38, porque o preço a termo no qual o contrato será liquidado não é intimamente relacionado ao preço spot/pronto.

Contratos de compra de concentrado de cobre e contratos de venda de produtos de cobre geralmente incluem um preço provisório na data do embarque com o preço final baseado na média mensal do preço do cobre na LME para um período futuro determinado. Este período normalmente varia entre 30 e 120 dias após a data de embarque ou faturamento. Tal compra de concentrado e venda de produtos com preço provisório contém um derivativo embutido o qual é requerido que seja separado do contrato principal.

4) Classificação dos instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são classificados em três categorias de mensuração: ativos e passivos ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis e outros passivos-método de custo amortizado.

A classificação dos ativos e passivos financeiros é demonstrada nas tabelas a seguir:

						Controladora	
						Valor Contabil	Valor Justo
	Notas	Empréstimos e recebíveis	Ao valor justo por meio do resultado	Derivativos Designados como Hedge	Outros Passivos - Método de Custo Amortizado	Total em 31/12/2012	Total em 31/12/2012
Ativos financeiros							
Caixa e equivalentes de caixa	05	-	193.727	-	-	193.727	193.727
Aplicações financeiras	05	-	439.267	-	-	439.267	439.267
Contas a receber de clientes	06	631.557	-	-	-	631.557	631.557
Instr Financeiros - Hedge Accounting	24	-	-	10.486	-	10.486	10.486
Instr Financeiros - Demais Derivativos	24	-	8.993	-	-	8.993	8.993
Total dos ativos		631.557	641.987	10.486	-	1.284.030	1.284.030
Passivos financeiros							
Fornecedores	13	-	-	-	1.845.594	1.845.594	1.845.594
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	-	805.195	805.195	805.195
Instr Financeiros - Demais Derivativos	24	-	5.483	-	-	5.483	5.483
Total dos passivos		-	5.483	-	2.650.789	2.656.272	2.656.272

						Controladora	
						Valor Contabil	Valor Justo
		Empréstimos e recebíveis	Ao valor justo por meio do resultado	Derivativos Designados como Hedge	Outros Passivos - Método de Custo Amortizado	Total em 31/12/2011	Total em 31/12/2011
Ativos financeiros							
Caixa e equivalentes de caixa	05	-	102.646	-	-	102.646	102.646
Aplicações financeiras	05	-	664.224	-	-	664.224	664.224
Contas a receber de clientes	06	596.324	-	-	-	596.324	596.324
Instr Financeiros - Hedge Accounting	24	-	16.270	160	-	16.430	16.430
Instr Financeiros - Demais Derivativos	24	-	64.738	-	-	64.738	64.738
Total dos ativos		596.324	847.878	160	-	1.444.362	1.444.362
Passivos financeiros							
Fornecedores	13	-	-	-	1.284.315	1.284.315	1.284.315
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	-	664.329	664.329	664.329
Instr Financeiros - Hedge Accounting	24	-	9.709	-	-	9.709	9.709
Total dos passivos		-	9.709	-	1.948.644	1.958.353	1.958.353

						Consolidado	
						Valor Contábil	Valor Justo
	Notas	Empréstimos e recebíveis	Ao valor justo por meio do resultado	Derivativos Designados como Hedge	Outros Passivos - Método de Custo Amortizado	Total em 31/12/2012	Total em 31/12/2012
Ativos financeiros							
Caixa e equivalentes de caixa	05	-	195.529	-	-	195.529	195.529
Aplicações financeiras	05	-	439.267	-	-	439.267	439.267
Contas a receber de clientes	06	452.733	-	-	-	452.733	452.733
Instr Financeiros - Hedge Accounting	24	-	-	10.486	-	10.486	10.486
Instr Financeiros - Demais Derivativos	24	-	8.993	-	-	8.993	8.993
Total dos ativos		452.733	643.789	10.486	-	1.107.008	1.107.008
Passivos financeiros							
Fornecedores	13	-	-	-	1.693.749	1.693.749	1.693.749
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	-	805.195	805.195	805.195
Instr Financeiros - Demais Derivativos	24	-	5.228	-	-	5.228	5.228
Total dos passivos		-	5.228	-	2.498.944	2.504.172	2.504.172

						Consolidado	
						Valor Contábil	Valor Justo
		Empréstimos e Recebíveis	Ao valor justo por meio do resultado	Derivativos Designados como Hedge	Outros Passivos - Método de Custo Amortizado	Total em 31/12/2011	Total em 31/12/2011
Ativos financeiros							
Caixa e equivalentes de caixa	05	-	104.316	-	-	104.316	104.316
Aplicações financeiras	05	-	666.215	-	-	666.215	666.215
Contas a receber de clientes	06	508.629	-	-	-	508.629	508.629
Instr Financeiros - Hedge Accounting	24	-	16.270	160	-	16.430	16.430
Instr Financeiros - Demais Derivativos	24	-	64.738	-	-	64.738	64.738
Total dos ativos		508.629	851.539	160	-	1.360.328	1.360.328
Passivos financeiros							
Fornecedores	13	-	-	-	1.226.472	1.226.472	1.226.472
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	-	697.593	697.593	697.593
Instr Financeiros - Hedge Accounting	24	-	9.096	-	-	9.096	9.096
Instr Financeiros - Demais Derivativos	24	-	575	-	-	575	575
Total dos passivos		-	9.671	-	1.924.065	1.933.736	1.933.736

Hierarquia ao valor justo

A Companhia divulga seus ativos e passivos a valor justo, com base nos pronunciamentos contábeis o CPC 40 que definem valor justo, a estrutura de mensuração do valor justo, a qual se refere a conceitos de avaliação e práticas e requer determinadas divulgações sobre o valor justo.

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos, que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – inputs, exceto preços cotados, incluídos no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e

Nível 3 – premissas para o ativo ou passivo que não são baseadas em dados observáveis de mercado (dados não observáveis). Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se subjetiva.

Abaixo apresentamos ativos e passivos da controladora e do consolidado, mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011:

	Controladora			Consolidado		
	Nível 1	Nível 2	Total em 31/12/2012	Nível 1	Nível 2	Total em 31/12/2012
Ativos financeiros						
Caixa e Equivalentes de Caixa	141.027	52.700	193.727	142.829	52.700	195.529
Aplicações Financeiras	-	439.267	439.267	-	439.267	439.267
Instr Financeiros - Hedge Accounting	-	10.486	10.486	-	10.486	10.486
Instr Financeiros - Demais Derivativos	-	8.993	8.993	-	8.993	8.993
Total dos ativos	141.027	511.446	652.473	142.829	511.446	654.275
Passivos financeiros						
Instr Financeiros - Demais Derivativos	-	5.483	5.483	-	5.228	5.228
Total dos passivos	-	5.483	5.483	-	5.228	5.228
	Controladora			Consolidado		
	Nível 1	Nível 2	Total em 31/12/2011	Nível 1	Nível 2	Total em 31/12/2011
Ativos financeiros						
Caixa e Equivalentes de Caixa	29.511	73.135	102.646	31.181	73.135	104.316
Aplicações Financeiras	-	664.224	664.224	-	666.215	666.215
Instr Financeiros - Hedge Accounting	-	16.430	16.430	-	16.430	16.430
Instr Financeiros - Demais Derivativos	-	64.738	64.738	-	64.738	64.738
Total dos ativos	29.511	818.527	848.038	31.181	820.518	851.699
Passivos financeiros						
Instr Financeiros - Hedge Accounting	-	9.709	9.709	-	9.096	9.096
Instr Financeiros - Demais Derivativos	-	-	-	-	575	575
Total dos passivos	-	9.709	9.709	-	9.671	9.671

Metodologias valor justo

- Nível 1 - As operações classificadas neste nível, referem-se a valores em espécie, cujo valor justo foi apurado em cotação de mercado na data de encerramento do balanço.
- Nível 2 - As operações classificadas neste nível referem-se a aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos, cujo valor justo foi apurado com base em fontes de mercado (Reuters / BM&F Bovespa/CETIP), bem como, em metodologias utilizadas pelo mercado (estimativa de liquidação das operações para cada vencimento com base em taxas projetadas divulgadas pelo mercado, descontadas a valor presente por uma taxa livre de risco, ou preços de mercado correspondentes aos vencimentos de cada operação estimados para aquela data).
- Nível 3 - Naquela data-base a Companhia não detinha nenhuma operação a ser classificada neste nível.

Resumo dos instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2012.

Instrumento	Posição	Valor de Referência		Valor Justo		Valor recebido / (pago) em
		2012	2011	2012	2011	2012
Hedge Accounting - Fluxo de Caixa						
Hedge de Venda						
NDF - Designados Terminados	Venda USD / BRL	\$0		-	-	12
NDF - Designados Não Terminados	Venda USD / BRL	\$215.500		6.289	-	-
Receita de Vendas em USD	Compra USD / BRL	-\$215.500		-		
Total				6.289	-	12
Hedge de Fluxo de Caixa						
Swap	USD Libor 3 / 6 M	\$104.400	\$188.036	216.890	409.539	-
Swap	USD Fixo	-\$104.400	-\$188.036	(216.555)	(409.379)	(363)
Total				335	160	(363)
Hedge Accounting - Ao valor justo						
Hedge de Compromisso Firme de Venda						
Futuro LME / Terminados	Compra LME Fixo	1.150 tons	22.621 tons	130	3.662	(5.498)
Futuro LME / não Terminados	Compra LME Fixo	5.375 tons	47.876 tons	1.443	(6.045)	-
Compromisso firme de venda / não terminados	Venda LME Fixo	-5.375 tons	-47.876 tons	(1.443)	6.045	-
Total				130	3.662	(5.498)
Total Hedge - Accounting				6.754	3.822	(5.849)
Demais Derivativos						
Derivativos Metais						
Cobre						
Hedge Econômico - Cobre / Terminados	Venda LME Fixado	700 tons	30.600 tons	-	2.537	-
Hedge Econômico - Cobre / Terminados	Compra LME Fixado	700 tons	38.625 tons	96	3.543	(29.249)
Hedge Econômico - Cobre / Não Terminados	Compra LME Não Fixado	43.750 tons	0 tons	2.348	-	-
Ouro						
Hedge Econômico - Ouro / Terminados	Venda LBMA Asiático	3.382 Oz	4.957 Oz	(3)	(14)	89
Prata						
Hedge Econômico - Prata / Terminados	Venda LBMA Asiático	0 Oz	112.437 Oz	-	338	(192)
Hedge Econômico - Prata / Não Terminados	Venda LBMA Asiático	74.845 Oz	44.451 Oz	184	21	-
Total Derivativos Metais				2.625	6.425	(29.352)
Derivativos Embutidos						
Futuro LME (Designado) / não Terminados	Venda LME Fixo	0 tons	7.000 tons	-	(3.051)	-
Futuro LME (Não Designado) / Terminados	Venda LME Fixo	0 tons	3.000 tons	-	6.563	(13.840)
Derivativo embutido / compra de concentrado / designado	Compra LME Asiático	0 tons	36.705 tons	-	18.607	-
Derivativo embutido / compra de concentrado / não designado	Compra LME Asiático	30.846 tons	11.464 tons	3.192	23.596	-
Derivativo embutido / Vendas / não designado	Venda LME Asiático	10.895 tons	9.345 tons	(691)	(585)	-
Total				2.501	45.130	(13.840)
Non Derivable forward						
NDF - Não Designados Não Terminados	Venda USD / BRL	\$18.400		540	-	42.908
Non-Deliverable Foward - Terminados	Compra USD / BRL	\$0	\$5.000	-	1.516	-
Non-Deliverable Foward - Não Terminados	Compra USD / BRL	\$0	\$260.749	-	14.580	-
Total				540	16.096	42.908
Swap - Bullet						
Swap	Ações - PMAM3	R\$ 13.447	R\$ -	15.701	-	-
Swap	CDI + 1% aa	R\$ (13.447)	R\$ -	(13.870)	-	-
Total				1.831	-	-
Hedge Econômico - Taxa de juros Pré/CDI						
Futuros BM&F	Compra DI Futuro	R\$ -	R\$ 90.464	-	(14)	(1.570)
Total				-	(14)	(1.570)
Total demais derivativos				7.497	67.637	(1.854)
Total				14.251	71.459	(7.703)
Ativo circulante				19.479	123.442	
Passivo circulante				(5.228)	(51.945)	

Resultados - Intrumentos financeiros derivativos

Intrumentos financeiros derivativos	2012	2011
Ganhos	42.920	41.357
Perdas	(50.623)	(19.684)
Efeitos MtM - operações não Realizadas	14.251	71.459

5) Riscos de mercado

5.1) Risco cambial

Como parte da sua atividade, a Companhia incorre em riscos cambiais referentes à compra de matérias primas importadas e na venda de seus produtos cujo preço é função do mercado internacional de commodities que é cotado em US\$.

A exposição em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2012 está demonstrada no quadro a seguir:

EXPOSIÇÃO EM MOEDA ESTRANGEIRA	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Ativos / Passivos	USD	USD	USD	USD
Cientes Externos	155.510	131.765	155.510	131.765
Estoques (Importações em Andamento)	81.512	97.093	81.512	97.093
Estoques (Mat. Prima, WIP e Acabados)	420.042	349.168	421.088	360.284
Inst. Derivativos	2.056	34.469	2.056	34.489
Empréstimos	(310.952)	(351.737)	(310.952)	(369.438)
Fornecedores Externos	(699.835)	(533.952)	(699.835)	(538.070)
Outros, Líquido	(166)	95	(166)	92
TOTAL	(351.833)	(273.099)	(350.787)	(283.785)

De forma a medir o impacto econômico de variações cambiais dos derivativos na Companhia, foram efetuados cenários de choque em relação à taxa de câmbio vigente em 31 de dezembro de 2012, quadro a seguir. Conforme previsão da Instrução CVM nº 475/08, a Companhia conduziu análise de sensibilidade utilizando o cenário provável, de baixa e de alta de 25% e 50%.

Convém ressaltar que o cenário atual já se encontra refletido nas demonstrações financeiras. Além disso, os estoques transformar-se-ão em vendas futuras, que pela dinâmica do negócio são indexadas em dólares norte-americanos, o que reduz a exposição cambial.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE-RISCO CAMBIAL DE DÓLAR NORTE AMERICANO				Baixa		Alta	
Ativos / Passivos	Risco	Exposição	Cenário provável	25%	50%	25%	50%
Cientes Externos	USD	155.510	317.785	(79.446)	(158.893)	79.446	158.893
Estoques (Importações em Andamento)	USD	81.512	166.569	(41.642)	(83.285)	41.642	83.285
Estoques (Mat. Prima, WIP e Acabados)	USD	421.088	860.494	(215.124)	(430.247)	215.124	430.247
Inst. Derivativos	USD	2.056	4.201	(1.050)	(2.101)	1.050	2.101
Empréstimos	USD	(310.952)	(635.431)	158.858	317.716	(158.858)	(317.716)
Fornecedores Externos	USD	(699.835)	(1.430.113)	357.528	715.057	(357.528)	(715.057)
Outros, Líquido	USD	(166)	(339)	85	170	(85)	(170)
TOTAL		(350.787)	(716.834)	179.209	358.417	(179.209)	(358.417)

5.2) Risco de taxas de juros

A Companhia possui exposições pós-fixadas a Libor, CDI, TJLP e Taxa de Juros Res 635/87. O risco de Libor concentra-se nas operações de Trade Finance os quais foram feitos operações de Libor x Fixo, designado por hedge de fluxo de caixa, para a sua proteção.

A exposição às taxas de juros em 31 de dezembro de 2012 está demonstrada no quadro a seguir:

EXPOSIÇÃO TAXA DE JUROS							Consolidado / Controladora	
	LIBOR		TJLP		T.JUROS RES.635/87		PRÉ	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Ativos e Passivos								
Aplicações	-	-	-	-	-	-	491.524	636.039
Empréstimos	(304.004)	(378.585)	(16.285)	-	(10.151)	-	(195.436)	(2.614)
Derivativos								
Swap	251.657	352.719	-	-	-	-	(13.447)	(13.447)
LTN	-	-	-	-	-	-	-	90.464
Futuro DI	-	-	-	-	-	-	-	(90.464)
TOTAL	(52.347)	(25.866)	(16.285)	-	(10.151)	-	282.641	619.978

No quadro abaixo temos o impacto econômico líquido de choques paralelos na curva de juros Libor de baixa e de alta de 25% e 50%, além do Cenário Provável que é a manutenção dos juros atuais.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE-RISCO DE VARIAÇÃO DE TAXAS DE JUROS - LIBOR

	Risco	Cenário Provável	Baixa		Alta	
			25%	50%	25%	50%
Ativos e Passivos						
Empréstimos	LIBOR	(281.510)	542	1.089	(539)	(1.074)
Derivativos						
Swap	LIBOR	335	(194)	(389)	194	388
TOTAL		(281.175)	348	700	(345)	(686)

A Companhia possui ativos indexados e relacionados ao CDI,. No quadro abaixo temos o impacto econômico líquido de choques paralelos na curva de juros de baixa e de alta de 25% e 50%, além do Cenário Provável que é a manutenção dos juros atuais.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE-RISCO DE VARIAÇÃO DE TAXAS DE JUROS - CDI

	Risco	Cenário Provável	Baixa		Alta	
			25%	50%	25%	50%
Ativos e Passivos						
Aplicações - Negociação	CDI	492.334	(59)	(117)	57	123
Empréstimos	CDI	(207.087)	13.792	29.093	(12.470)	(24.881)
Derivativos						
Swap	CDI	(13.870)	(1)	(2)	-	1
TOTAL		271.377	13.732	28.974	(12.413)	(24.757)

No quadro abaixo temos o impacto econômico líquido de choques paralelos na curva de juros de baixa e de alta de 25% e 50%, além do Cenário Provável que é a manutenção dos juros atuais.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE-RISCO DE VARIAÇÃO DE TAXAS DE JUROS - TJLP

	Risco	Cenário Provável	Baixa		Alta	
			25%	50%	25%	50%
Ativos e Passivos						
Empréstimos	TJLP	(17.119)	(690)	(1.047)	1.030	2.376
TOTAL		(17.119)	(690)	(1.047)	1.030	2.376

5.3) Risco de commodities

A Companhia possui exposição ao preço do Cobre cotado na LME.

EXPOSIÇÃO PREÇO DE COBRE	Consolidado / Controladora			
	2012		2011	
	Quantidade	Exposição	Quantidade	Exposição
Estoque Total	50.139 tons	810.964	41.371 tons	589.012
Derivativos Embutidos nas Compras	-30.846 tons	(498.913)	-36.705 tons	(522.581)
Derivativos Embutidos nas Vendas	10.895 tons	176.219	9.345 tons	133.048
Derivativos em Bolsa	-27.350 tons	(442.367)	-10.000 tons	(142.373)
TOTAL	2.838 tons	45.903	4.011 tons	57.106

No quadro abaixo temos o impacto econômico líquido de choques no preço spot/cash de baixa e de alta de 25% e 50%, além do Cenário Provável que é a manutenção dos preços atuais.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE-COBRE				Baixa		Alta	
	Risco	Cenário Provável		25%	50%	25%	50%
Estoque Total	Cobre LME	50.139 tons	810.964	(202.741)	(405.482)	202.741	405.482
Derivativos Embutidos nas Compras	Cobre LME	-30.846 tons	(498.913)	124.728	249.456	(124.728)	(249.456)
Derivativos Embutidos nas Vendas	Cobre LME	10.895 tons	176.219	(44.055)	(88.110)	44.055	88.110
Derivativos em Bolsa	Cobre LME	-27.350 tons	(442.367)	110.592	221.184	(110.592)	(221.184)
TOTAL		2.838 tons	45.903	(11.476)	(22.952)	11.476	22.952
Premissas							
Cobre LME Cash	Cobre LME		\$7.915,00	\$5.936,25	\$3.957,50	\$9.893,75	\$11.872,50
Taxa de Câmbio Spot	USDBRL		2,0435	2,0435	2,0435	2,0435	2,0435

O saldo da exposição de commodities não reflete os saldos contábeis e sim o valor de mercado.

5.4) Risco de preço de ações

A Companhia possui exposição ao preço de ações cotado na BM&FBovespa decorrente de um contrato de derivativo *Total Return Swap* e detém posição ativa na variação do preço da ação PMAM3 e passiva em CDI.

EXPOSIÇÃO PREÇO DE AÇÕES	Controladora	
	2012	
	Quantidade	Exposição
Swap - PMAM3	3.165,5	R\$ 13.447
TOTAL	3.165,5	R\$ 13.447

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE-RISCO DE PREÇO DE AÇÕES - PMAM3

			Baixa		Alta	
	Risco	Cenário Provável	25%	50%	25%	50%
Derivativos						
Swap	PMAM	15.701	(3.925)	(7.850)	3.925	7.850
TOTAL		15.701	(3.925)	(7.850)	3.925	7.850

6) Outros Riscos

6.1) Risco de crédito

A política de venda dos produtos da Companhia está ligada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar.

O crédito é um importante instrumento de promoção de negócios entre a Companhia e seus clientes. Essa característica se deve ao fato do crédito alavancar o poder de compra do cliente.

O risco é inerente às operações de crédito, devendo a Companhia efetuar uma minuciosa análise na concessão. Esse trabalho envolve avaliações de natureza quantitativa e qualitativa do cliente, não se dispensando a análise do setor em que ele atua. Essa análise leva em conta o passado do cliente, mas constitui-se, essencialmente, na elaboração de um prognóstico sobre a sua solidez econômica - financeira atual e suas perspectivas para o futuro.

A diversificação da carteira de recebíveis, a seletividade dos clientes, assim como o acompanhamento dos prazos e do limite de crédito individual por cliente, são procedimentos adotados para minimizar os atrasos e a inadimplência do contas a receber. Além de procedimentos de verificação de capacidade de crédito, não há clientes que tenham saldos que individualmente representem mais do que 10% das receitas totais da companhia. Desta forma a Companhia não possui dependência em relação aos seus principais clientes.

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras, a Companhia sempre realiza aplicações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de rating e somente em instituições que nos apoiam nas necessidades de empréstimos para capital de giro e financiamento do nosso trade finance.

Riscos de Crédito

Ativos	Nota	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	193.727	102.646	195.529	104.316
Aplicações Financeiras	5	439.267	664.224	439.267	666.215
Contas a receber de clientes	6	631.557	596.324	452.733	508.629
		1.264.551	1.363.194	1.087.529	1.279.160

6.2) Risco de liquidez

a) A política de gerenciamento de risco de liquidez implica em manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acessos a recursos imediatos. A Companhia possui aplicações com vencimentos inferiores a 90 dias e com liquidez imediata, cujos montantes são suficientes para fazer face a uma eventual necessidade para liquidação junto a fornecedores, empréstimos ou financiamentos.

b) O risco de liquidez representa o risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas.

O quadro abaixo demonstra a estimativa dos pagamentos contratuais da dívida existente em 31 de dezembro de 2012.

Os valores apresentados incluem principais e juros calculados estimados utilizando-se a taxa de dólares norte-americanos de conversão vigente em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 2,0435/US\$ 1), para as dívidas denominadas em dólares (PPE, ACC e Finimp) e as taxas de juros dos contratos vigentes.

Risco de liquidez

Consolidado	Valor Contábil	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Ativos					
Caixa e Equivalentes de Caixa	195.529	195.529	-	-	-
Aplicações Financeiras	439.267	419.146	-	20.121	-
Contas a receber de clientes	452.733	449.923	2.810	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	19.479	19.479	-	-	-
	<u>1.107.008</u>	<u>1.084.077</u>	<u>2.810</u>	<u>20.121</u>	<u>-</u>
Passivos					
Empréstimos e Financiamentos	901.226	560.337	78.560	184.449	77.880
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.228	5.228	-	-	-
Fornecedores	1.701.130	1.693.749	7.381	-	-
	<u>2.607.584</u>	<u>2.259.314</u>	<u>85.941</u>	<u>184.449</u>	<u>77.880</u>
 Posição Líquida	 <u>(1.500.576)</u>	 <u>(1.175.237)</u>	 <u>(83.131)</u>	 <u>(164.328)</u>	 <u>(77.880)</u>

7) Valor contábil / valor justo

Para todas as operações a Administração considera que o valor justo equipara-se ao valor contábil, uma vez que para essas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data. As operações de empréstimos e financiamentos referem-se basicamente a captações que preponderantemente estão indexadas a taxas pré-fixadas de até 4% a.a., sendo assim, na hipótese da aplicação da metodologia de apuração de valor justo, o valor apurado não refletiria o valor de repasse daquela operação naquela data, uma vez que a taxa de desconto seria muito superior à taxa de correção. Desta forma, a Administração entende que os valores reconhecidos contabilmente refletiam o endividamento efetivo em caso de eventual liquidação naquela data. As taxas aplicadas nas operações de empréstimos e financiamentos estão apresentadas ao longo da nota explicativa nº 14.

8) Gestão do capital

O principal objetivo da administração do capital da Paranapanema e suas controladas é assegurar uma classificação de crédito forte (*rating*) perante as instituições e uma relação de capital adequada a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos, instrumentos financeiros derivativos a pagar, menos caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos a receber.

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
Empréstimos e financiamentos	14	805.195	664.329	805.195	697.593
Instrumentos financeiros derivativos a pagar	24	3.195	14	3.195	14
(-) Caixa e equivalentes de caixa	05	(193.727)	(102.646)	(195.529)	(104.316)
(-) Aplicações financeiras	05	(439.267)	(664.224)	(439.267)	(666.215)
(-) Instrumentos financeiros derivativos a receber	24	(14.945)	(29.855)	(14.945)	(29.893)
(=) Dívida (Caixa) líquida		160.451	(132.382)	158.649	(102.817)
Inst. Fin. Derivativos Embutidos a pagar	24	946	585	691	585
(-) Inst. Fin. Derivativos Embutidos a receber	24	(3.192)	(42.203)	(3.192)	(42.203)
(=) Dívida (Caixa) líquida c/ Derivativos Embutidos		158.205	(174.000)	156.148	(144.435)
Patrimônio líquido	17	1.461.730	1.661.744	1.461.730	1.661.756
<i>Quociente de alavancagem</i>		9,89%	-8,66%	9,79%	-6,60%
<i>Quociente de alavancagem c/ Deriv. Embutidos</i>		9,77%	-11,70%	9,65%	-9,52%

25. Compromissos assumidos

A Companhia tem compromisso contratual com fornecedor para os próximos anos referente à administração, operação e manutenção da usina de gases localizada na planta industrial de Dias d'Ávila, com vencimentos até fevereiro de 2023, e não sujeita a companhia a nenhuma restrição.

A renovação e cláusulas de reajustamento estão descritas em contrato e seguem as práticas de mercado.

As obrigações mínimas futuras a pagar desse contrato, caso não seja cancelado antes do vencimento, são as seguintes:

	2012	2011
Até 1 Ano	1.780	1.867
de 2 a 6 anos	7.469	7.945
acima de 6 anos	4.723	6.027
	13.972	15.839

26. Seguros

A Companhia mantém cobertura de seguros por montantes considerados suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros, considerando a natureza de suas atividades, os riscos envolvidos nas suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2012, os ativos cobertos na apólice de seguros e as especificações por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia estão demonstrados a seguir:

Seguros e Coberturas			
Bens segurados	Riscos cobertos	Modalidade . apólice	Verbas . montante segurado
Instalações, Equipamentos, Estoques e Matéria Prima	Incêndio, Raio, Explosão, Danos Elétricos, Pequenas obras, Despesas extraordinárias, Roubo em depósito	Riscos operacionais - Apólice nr. 01.96.4003209	R\$ 1.232.135
Responsabilidade civil geral e para Diretores e Administradores	Reclamações de terceiros	Responsabilidade civil geral apólice nr. 6.105.360 Responsabilidade civil Diretores e adm apólice nr. 1.10.4001173-0	RCG = R\$ 4.000 RC D&O = R\$ 25.000
Veículos	Colisão, Incêndio e roubo R C Facultativa-Veículos	Automóveis apólice nr. 33.31.13097884-0	Valor de Veículo por tipo 100% Tab Fipe
Ações judiciais	Garantia em processos judiciais em discussão	Garantia judicial - DVS	Valor estipulado para causa defendida Limite R\$ 100.000
Vida em grupo	Morte, Invalidez, Cesta básica e Assistência funeral	Vida em grupo - apólice nr. 9.302.001.000.010.100	30 vezes o salário base do colaborador
Transportes nacionais e internacionais	Danos às cargas transportadas e roubo	Transportes Nacionais e Internacionais	Valor de nota fiscal ou fatura comercial

As apólices de riscos operacionais, responsabilidade geral, responsabilidade civil D&O, transportes nacionais e internacionais, saúde e vida em grupo, são apólices estipuladas pela controladora Paranapanema S.A.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

27. Previdência privada

O plano de previdência complementar e o contrato de seguro de vida com cobertura por sobrevivência, instituídos pela Companhia e empresas controladas é um Plano Gerador de Benefício Livre – PGBL e um Plano de Vida Gerador de Benefício Livre – VGBL, respectivamente, com administração contratada à BrasilPrev e viabilizada com as contribuições da Companhia, empresas controladas e dos empregados cujas principais características são resumidas abaixo:

- a) PGBL: Após atendidos os pré-requisitos cumulativos de 120 meses de contribuição e 60 anos de idade, os beneficiários terão direito de resgatar 100% da poupança formada por eles e pela Companhia e suas empresas controladas, desde que desligado da Companhia; da mesma forma no caso de ocorrência de falecimento ou invalidez permanente. Em caso de desligamento da Companhia antes de se tornar elegível, o beneficiário terá direito à retirada de, no máximo, 80% do valor depositado pela Companhia.
- b) VGBL: A Companhia e suas empresas controladas são contratantes do seguro de vida por sobrevivência sem, no entanto, participarem do custeio. O custeio consistirá no pagamento de prêmios pelo segurado à BrasilPrev, e os benefícios a serem gerados no futuro são originários do fundo acumulado formado pelos prêmios líquidos efetuados ao plano.

Portanto, os planos não incluem benefícios de risco e, assim, não produzem passivos atuariais. No caso de opção do participante por renda vitalícia, a responsabilidade pela manutenção da reserva, conforme contrato, é da BrasilPrev.

O valor das contribuições efetuadas aos planos pela Companhia e empresas controladas em 2012 é de R\$2.878 (R\$2.762 em 2011).